

ATA DA SEXAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 14-7-2021.

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Conselheiro Marcelo, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Reginete Bispo. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Karen Santos, Matheus Gomes, Mauro Zacher e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 075/20 (Processo nº 0182/20), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 088/21 (Processo nº 0262/21), de autoria de Idenir Cecchim; o Projeto de Lei do Legislativo nº 187/21 (Processo nº 0490/21), de autoria de Leonel Radde. A seguir, foi apregoado requerimento de autoria de Kaká D'Ávila, solicitando licença para tratamento de saúde do dia treze ao dia dezesseis de julho do corrente, tendo o Presidente informado que Conselheiro Marcelo fora empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, integrando a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Reginete Bispo, Pedro Ruas e Daiana Santos. Em continuidade, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 3ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 014/21, discutido por Jonas Reis, Comandante Nádia, Giovane Byl, Conselheiro Marcelo e Bruna Rodrigues. Às quinze horas e trinta e cinco minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi apregoada a Emenda nº 02, de autoria da Mesa Diretora, ao Projeto de Resolução nº 018/21 (Processo nº 0368/21), e foi aprovado requerimento de autoria da Mesa Diretora, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Cláudia Araújo, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 149/21 (Processo nº 0383/21), e foi aprovado requerimento de autoria de Cláudia Araújo, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por José Freitas, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 320/17 (Processo nº 2915/17), e foi aprovado requerimento de autoria de José Freitas, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi rejeitado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando o adiamento, por duas

sessões, da votação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/20 (Processo nº 0379/20), por dez votos SIM e vinte e dois votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Leonel Radde, Pedro Ruas, Matheus Gomes e Daiana Santos, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foram apregoados requerimentos de autoria de Mauro Pinheiro e Roberto Robaina, deferidos pela Presidente, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 01 e 04 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/21. Em Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/20 (Processo nº 0379/20). Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/20, por doze votos SIM e vinte e quatro votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Roberto Robaina, Airto Ferronato, Pedro Ruas, Reginete Bispo, Claudio Janta, Matheus Gomes e Idenir Cecchim, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. A seguir, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/20 foi encaminhado à votação por Pedro Ruas, Airto Ferronato, Daiana Santos, Roberto Robaina, Jonas Reis, Claudio Janta e Alexandre Bobadra. Foi aprovada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/20, por trinta e um votos SIM e três votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Daiana Santos, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Felipe Camozzato, Mari Pimentel e Ramiro Rosário. Foi aprovada a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 03 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/20, por trinta e um votos SIM e três votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Daiana Santos, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas,

Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Felipe Camozzato, Mari Pimentel e Ramiro Rosário. Foi aprovada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/20, por vinte e três votos SIM e doze votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Foi aprovada a Subemenda nº 02 aposta à Emenda nº 04 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/20, por trinta e quatro votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Foi aprovada a Subemenda nº 04 aposta à Emenda nº 04 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/20, por trinta e quatro votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Foi aprovada a Subemenda nº 05 aposta à Emenda nº 04 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/20, por vinte e dois votos SIM e treze votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino e Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Na oportunidade, em face da aprovação da Subemenda nº 05 aposta à Emenda nº 04 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo 018/20, a Presidente declarou prejudicada a Subemenda nº 06 aposta a essa emenda. Foi aprovada a Emenda nº 06 aposta ao Projeto

de Lei Complementar do Executivo nº 018/20, por vinte e quatro votos SIM e dez votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/20, por vinte e quatro votos SIM e onze votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Mauro Pinheiro, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, por vinte e um votos SIM e onze votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Pedro Ruas, Roberto Robaina, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni e Alexandre Bobadra, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Na ocasião, foi aprovada a prorrogação dos trabalhos da presente sessão, nos termos regimentais, por solicitação de Ramiro Rosário. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/21 (Processo nº 0386/21). Os trabalhos foram suspensos das dezoito horas e cinquenta e cinco minutos às dezoito horas e cinquenta e nove minutos. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/21, por cinco votos SIM e vinte e nove votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Airto Ferronato, Mauro Pinheiro, Ramiro Rosário, Felipe Camozzato, Comandante Nádia, Jessé Sangalli e Mauro Zacher, tendo votado Sim Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza e Ramiro Rosário e Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino,

Reginete Bispo e Roberto Robaina. Na oportunidade, foi apregoado o Ofício nº 1306/21, do Prefeito, comunicando que se ausentará do Município do final do dia de hoje à noite do dia dezesseis de julho do corrente, quando participará de agendas em Brasília – DF. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/21, por vinte e seis votos SIM e dez votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Cassiá Carpes, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/21, por treze votos SIM e vinte e três votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Roberto Robaina, Aírto Ferronato, Pedro Ruas e Bruna Rodrigues, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem de apreciação de emendas e subemendas apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/21. Em continuidade, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/21 foi encaminhado à votação por Reginete Bispo, Aírto Ferronato, Comandante Nádia e Mauro Pinheiro. Foram votadas conjuntamente e aprovadas a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 02 e a Emenda nº 03 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/21, por vinte e seis votos SIM e dez votos NÃO, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Foram votadas conjuntamente e rejeitadas as Emendas nºs 05, 06, 07 e 08 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/21, por onze votos SIM e vinte e cinco votos NÃO, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde,

Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/21, por vinte e seis votos SIM e dez votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Durante a sessão, foram registradas as presenças de Laura Sito, vereadora que se encontra em licença maternidade e de Pompeo de Mattos, Deputado Federal. Às vinte horas e cinquenta e oito minutos, esgotado o prazo regimental da presente sessão, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely, Comandante Nádia, Idenir Cecchim e Mônica Leal. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e nove Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum.

Registro a presença da Ver.^a Laura Sito, que está em licença maternidade. Sejam bem-vinda, parabéns pelo seu filho, o Pedro.

Vou passar uma cópia, ao Líder do Governo, Ver. Idenir Cecchim, do documento que recebemos do Simpa solicitando a possibilidade do adiamento da discussão do PLCE nº 018/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

Aprego requerimento firmado pelo vereador Kaká D'Ávila, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia 13 ao dia 16 de julho de 2021. O suplente Conselheiro Marcelo foi empossado na vereança em 13 de julho, no Gabinete da

Presidência, passando a integrar a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana - CEDECONDH.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Tenho dois pedidos a fazer. Primeiro, quero informar que temos hoje a cedência da liderança para a Ver.^a Reginete Bispo, não só para fazer a despedida, pelo tempo em que ela ficou aqui, em nome do seu mandato, suprimindo a vaga da Ver.^a Laura Sito que está em licença maternidade. Então a Ver.^a Reginete Bispo vai apresentar aqui, no período de Comunicação de Líder, o seu coletivo que teve êxito na campanha. Segundo, solicitar a V. Exa. que se libere, como nas sessões anteriores, a comissão do Simpa para acompanhar a votação do projeto de hoje.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Informo que os integrantes da comissão do Simpa estão autorizados a acompanhar esta sessão.

A Ver.^a Reginete Bispo está com palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Boa tarde, vereadoras, vereadores, meus colegas e minhas colegas, público que nos acompanha pela TVCâmara, hoje, para mim, é um dia muito especial, porque nós estamos completando o período de permanência aqui nesta Casa, pois estávamos cobrindo a licença maternidade da nossa querida Ver.^a Laura Sito, que está retornando, e, por outro lado, nós estamos nos despedindo.

Hoje, para estar aqui fazendo esta despedida conosco, eu convidei as minhas covereadoras, porque nós somos um mandato coletivo de cinco mulheres, e esse mandato é coletivo porque nós acreditamos que não se faz política individualmente, a gente faz coletivamente, porque na política a gente pensa a comunidade, pensa a cidade, pensa o estado, o país e o mundo. A política deve ser um instrumento para garantir a vida e o bem viver das pessoas. O nosso coletivo é composto por cinco mulheres negras a quem eu sempre me referi aqui. Vou fazer uma breve apresentação, porque durante esses quatro meses em que nós estivemos aqui, só apareceu a Ver.^a Reginete, mas por trás da Ver.^a Reginete tem quatro outras vereadoras aguerridas e que dão sustentação para a política e para os projetos que apresentamos aqui.

Eu tenho prazer de estar junto com uma das maiores lideranças do movimento quilombola do nosso país, que é aqui de Porto Alegre, a Karina Ellias, lá do Quilombo dos Alpes, que a é agente de saúde, que luta em defesa do SUS, e a Karina tem que subsidiado e feito um excelente trabalho em defesa das comunidades periféricas, mas, sobretudo, em defesa dos territórios das comunidades remanescentes de quilombos da nossa cidade, do nosso Estado e do nosso País.

Também tenho conosco, como covereadora do nosso mandato coletivo Vamos Juntas com Reginete Bispo, a Josiane França, que é uma mulher negra,

deficiente visual, do Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas e com Baixa Visão, e a Josi tem subsidiado aqui vários mandatos inclusive, não só o nosso – não é Josi? –, dando informações da necessidade das políticas públicas que garantam o direito das pessoas com deficiência. Nós, hoje mesmo, na pauta de hoje, temos o projeto que está tramitando e que propõe garantir acessibilidade em 100% dos ônibus da nossa cidade, como manda a legislação federal, e a gente conta com a sensibilidade dos nossos colegas, vereadores e vereadoras, para que seja aprovado.

Também temos aqui a nossa covereadora, a nossa mais velha, não porque tenha mais idade, mas porque é uma sacerdotisa, é uma liderança das religiões das tradições de matriz africana, a Iyalorixá Nara de Oxalá que faz um trabalho maravilhoso, importantíssimo, principalmente nesse momento de pandemia, que é de solidariedade. Ela tem um projeto que se chama quem tem pouco ajuda quem não tem nada, que assiste centenas de famílias da nossa cidade, que são redes de solidariedade que especialmente as mulheres negras construíram ao longo da história deste País para garantir a nossa vida e a nossa sobrevivência.

Também temos a nossa mais jovem covereadora, a Thayna Brasil, que é uma jovem afro-empREENDEDORA, trabalha com o empreendedorismo, e tem nos colocado essa pauta com muita força, e nós apresentamos, aqui nesta Casa, projetos que ajudam a alavancar os afro-empREENDEDORES para que se possam constituir enquanto empresÁRIOS bem-sucedidos; a Thayna é a nossa quinta covereadora.

Quero agradecer a todas vocês por acreditarem nessa aposta. Nós fizemos 4.008 votos, então é uma sinalização de que Porto Alegre quer mudança, quer mudança na forma de fazer política, quer mudança na representatividade dentro dos espaços de poder e decisão. Nós estamos muito felizes de estar participando aqui neste momento histórico da nossa Câmara Municipal junto com mais outras vereadoras e vereador negro, e com o conjunto de vereadores e vereadoras desta casa.

Finalizando, Presidente, dizer que nós não vamos estar aqui a partir do próximo semestre, mas a Ver.^a Laura estará aqui nos representando juntamente com toda a bancada negra, com o Ver. Matheus Gomes, com a Ver.^a Daiana Santos, com a Ver.^a Bruna Rodrigues e com a Ver.^a Karen Santos e todos os vereadores e vereadoras que são sensíveis e comprometidos com a pauta de enfrentamento ao racismo, ao machismo, e por uma cidade antirracista, antimachista, acolhedora e igualitária.

Então, muitíssimo obrigada; agradeço também especialmente à nossa bancada, à Bancada do Partido dos Trabalhadores, na figura dos vereadores Aldacir Oliboni, Leonel Radde, Jonas Reis e Laura Sito. Obrigada, Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Nossos cumprimentos a todas.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Muito rapidamente, eu quero dar os meus parabéns, de coração, e o meu respeito à Ver.^a Reginete Bispo, uma mulher competente, preparada, guerreira. Cumprimentos a ti, Reginete, e ao teu coletivo, pelo belo trabalho e participação conosco. Dou as boas-vindas à Ver.^a Laura. Um abraço. Obrigado.

Vereador Jonas Reis (PT): Fazer o registro, muito rapidamente, Presidente, pela passagem importante da Ver.^a Reginete e coletivo que tem feito um trabalho muito bom aqui na cidade. Parabéns e continue assim.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras, vereadores, eu inicio, por óbvio, cumprimentando a Ver.^a Reginete Bispo pelo seu mandato aqui na Casa, que certamente ocorrerá mais vezes, e o seu coletivo exemplar e que muito nos orgulha; a sua passagem aqui ficou marcada de forma indelével e da melhor maneira possível, Ver.^a Reginete Bispo. Saudações à mamãe do Pedro, a Ver.^a Laura Sito, que retorna a esta Casa para nossa alegria.

A imprensa de hoje, Presidente Márcio Bins Ely, noticia que o Ministério Público e o Tribunal de Contas, através da pessoa do Dr. Geraldo da Camino, encaminhou ao Tribunal um expediente denunciando diversas ações municipais que não só não contribuem no combate ao coronavírus, à pandemia, como ainda incentivam a propagação do vírus na sociedade. Ele dá ênfase a Porto Alegre, e nós sabemos que lamentavelmente vivemos numa cidade onde os números são assustadores – assustadores –, mais do que isso, nós sabemos que o Prefeito Sebastião Melo infelizmente, e eu digo até por amizade pela S. Exa., mas infelizmente assumiu uma pauta absolutamente bolsonarista desde a sua campanha eleitoral. É verdade, ele não enganou, porque ele era bolsonarista já na campanha, e continua, cada vez mais, ao ponto de pedir para o seu partido, o MDB, que é um partido com tradição democrata, de enfrentamento à ditadura militar, era o partido do Ulysses Guimarães, um partido que teve, afinal de contas, Teotônio Vilela e toda uma linha nacional que orgulhou o Brasil, é verdade, e ele pede ao seu partido que aguarde, que não tire candidatos antes de definir a posição de Bolsonaro, porque a ideia dele é apoiar o Bolsonaro.

É algo que se traduz, na prática, em um Executivo comandado por uma linha negacionista, nega a pandemia, na prática, não só no discurso, e se ouvirmos as entrevistas do prefeito ao longo desses últimos meses, já no sétimo mês de governo vamos ver que poucas vezes ele tocou no tema, a não ser quando perguntado diretamente.

Se observarmos esta Casa aqui, à exceção do projeto para a compra de vacinas, que não se concretizou, onde ele teve apoio, em 48h, de todos aqui, apoio unânime da oposição, e teria para qualquer projeto de combate à pandemia, qualquer

um – só que não veio nenhum –, não veio nenhum projeto para distribuição maior de cestas básicas. Tem um trabalho que é feito pela FASC, e que é elogiável, um trabalho da presidente Cátia Lara da FASC é elogiável, é importante e relevante e eu reconheço. Mas não vem nenhum projeto para destruição de cestas básicas ou auxílio emergencial; o governo estadual criou, Presidente, o auxílio emergencial. Poderia ser pelo gargalo da Prefeitura, não haveria problema, não veio nada para distribuição de material de higiene para as comunidades mais carentes, não veio para nada, não veio projeto contra a pandemia para a Câmara Municipal; nenhum projeto.

O governo se preocupou em atacar o serviço público, em consequência também, e em paralelo, aos servidores públicos do Município, atacou bastante, continua atacando, por sinal, vai atacar hoje, de novo, por sinal. Então é uma situação que nós falamos com tristeza, com tristeza mesmo.

Eu nasci e me criei em Porto Alegre, tenho sete mandatos com priorização de Porto Alegre, seis na Câmara e um na Assembleia, e é uma situação dramática que vivemos, e o prefeito não mandou nenhum projeto. Será que não há alguém que pense, lá no Executivo, ou todos pensam e não querem combater a pandemia? Não há nada. Não veio nada. Nós não temos, Ver. Airto Ferronato, que conhece esta Casa tanto quanto eu, de muitos anos, de muitos mandatos, eu nunca vi uma situação dessas, uma cidade viver uma pandemia como nós vivemos, em qualquer situação menor, já teríamos projetos a respeito. Aqui não tem nenhum. Não tem cesta básica, não tem auxílio emergencial, não tem melhoria das condições de saneamento, não tem distribuição de álcool em gel, de material de higienização; não há nada. Até mesmo para o enfrentamento do frio, que vem aí, o prefeito recusou a oferta do Sport Club Internacional de oferecer o Gigantinho para as pessoas se abrigarem do frio intenso que está chegando na próxima semana.

Então fica aqui esse registro; elogios ao Ministério Público e Tribunal de Contas que faz essa denúncia importante e que atinge Porto Alegre duramente. Para nós é motivo de vergonha e de elogio ao trabalho do Ministério Público. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, Presidente, boa tarde, colegas, a todos que nos assistem; eu subo a esta tribuna hoje e iniciou, na verdade, a minha manifestação, fazendo uma homenagem em especial a todas as mulheres negras latino-americanas e caribenhas pelo dia que será celebrado, dia 25 agora de julho próximo. Em nome de todas essas mulheres eu cito aqui: Reginete Bispo, Bruna Rodrigues, Karen Santos, Laura Sito e a minha mãe, Odete Santos, que hoje esteve presente aqui nesta plenária.

Importante a gente trazer este dia como marco, porque é a primeira vez que esta Casa tem quatro mulheres negras neste espaço, ocupando esta legislatura, as quatro ao mesmo tempo – não é Reginete? –, a Reginete que hoje veio aqui com o coletivo, estou muito feliz e saúdo todas do coletivo em teu nome, porque essa é uma luta travada que muito nos orgulha, não é Bruna, o fato de a gente chegar aqui e ter esse dia como um dia que é em homenagem à Tereza de Benguela, líder quilombola, rainha que resistiu bravamente à escravidão e que faz este movimento há séculos, assim como nós fazemos agora, não é, Reginete. Então essa mulher negra que hoje é vítima ainda de violência doméstica, obstétrica, que está encabeçando a mortalidade materna, que é a base da pirâmide socioeconômica no País, é essa mulher negra que nós representamos neste espaço. Essa data propõe uma reflexão para a situação de todos os setores que são explorados e oprimidos pela sociedade.

As mulheres negras acabam fazendo esse movimento de estar sempre à frente nesses indicadores que definitivamente não dialogam com aquilo que a gente quer construir na política. Olhar para esses indicadores políticos e socioeconômicos que denunciam a condição das mulheres negras em nossa sociedade é olhar para possibilidades reais de fazer movimentos aqui e que se ampliem e apoiem nessas bases. Essa data possibilita também resgatar a história da mulher negra no Brasil, que é uma história de luta, de resistência, contra todo um período colonial que muito nos colocou no desfavorecimento de forma muito dura.

Então quero fazer essa saudação especial, e inicio essa fala assim, Reginete, porque a gente reverencia quem somos nós, e a gente sabe muito bem que não se chega sozinhas em espaços como este. Como a gente sabe que não chega sozinha, como a gente sabe e consegue ter consciência do coletivo e do movimento que nos coloca hoje à frente de um processo que é só o início, fazemos isso com muita responsabilidade e respeito a quem nos antecedeu, e é por isso que cito novamente Tereza de Benguela.

Aproveito o espaço também para falar do PPA que menciona a palavra negro apenas duas vezes; quais sejam: nas ações das políticas públicas, mas pensando principalmente no resgate da dignidade e da necessidade que a gente tem de olhar para um contingente dessa população que é a maioria no País, e que aqui na nossa cidade representa boa parte daqueles que ocupam as ruas, que são aqueles que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, aqueles que enfrentam a violência cotidiana e a desestrutura por conta da ausência, da anulação, da necessidade do enfrentamento que as políticas públicas não dão conta. Olhar para tudo isso é olhar para a educação, é olhar para saúde, é olhar para a segurança pública, é olhar para o momento em que estamos vivendo, em que os servidores públicos estão sendo atacados, esses mesmos servidores que executam tarefas fundamentais, trabalhos essenciais nas bases.

E, aí, Bruna Rodrigues, eu aproveito do nosso espaço aqui para ressaltar a necessidade do enfrentamento dessas violências que se dão a partir do momento em que a gente vê a população sendo atacada, pois, quando esses profissionais são atacados... nós, hoje, vamos rebater aqui nesta Casa as alíquotas, e a gente vê a forma como opera e

como faz a manobra o governo em prol daquilo que ele considera importante. Quando observamos que os menores salários são aqueles que mais sofrem os ataques, quando observamos que definitivamente aqueles que vão penar, que estão pagando a conta, aqueles que menos ganham são aqueles que mais são atacados, a gente vê qual é a estrutura e quais são as prioridades deste governo. O alinhamento dele com o nosso sangue derramado, com a ausência de políticas públicas, com toda essa desestrutura, com essas articulações que nós nem compreendemos, e nos mobilizamos, e esse enfrentamento se dá a partir do momento em que a gente compreende a necessidade real de estar aqui ocupando e pautando, por mais que em todos os momentos nós sejamos desqualificadas e não nos considerem como parte importante desse debate, vimos agora a maneira como essa manobra vem sendo manipulada, porque é isso que vem acontecendo constantemente, pois a partir do momento em que a ordem do dia é modificada de forma muito absurda... Enfim, acho que são muitos os elementos... Eu quero dizer aqui que este é um momento muito duro para nós, mas principalmente, torno a ressaltar, a importância de a gente falar desse dia que simboliza a luta das mulheres negras, porque são elas quem de fato estão pagando a conta, não é Ver.^a Reginete.

Trago, para finalizar essa reflexão, a importância dos serviços executados com qualidade na saúde, onde a maioria vem penando por conta das unidades de saúde que vêm sendo atacadas, e aí também retorno ao funcionalismo, na saúde, na educação, nas creches, na habitação.

Para finalizar, mesmo, Presidente, hoje, pela manhã, o meu mandato e o mandato do Ver. Matheus Gomes estiveram presentes numa remoção da população em situação de rua de uma forma totalmente atravessada, em que foi usada força policial, sem diálogo, com ausência de informações, sem nenhum tipo de orientação e de forma inconstitucional. Esse é o pior dos mundos que estamos vivendo dentro dessa política. O ataque à população mais pobre, ataque àqueles que não têm condições, ataque ao servidor público, ataque ao povo, à população de Porto Alegre. Para que isso se modifique, nós precisamos estar no *front* defendendo um SUS de qualidade e defendendo, Presidente, os direitos básicos e a dignidade do nosso povo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta Especial. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

3ª SESSÃO

PROC. Nº 0643/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 014/21, que altera a Lei nº 12.797, de 29 de dezembro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2021. (SEI 118.00194/2021-50)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, municipais, municipais, servidores públicos como um todo, está em Pauta Especial a questão orçamentária. O que é o orçamento? O orçamento é uma entidade? É um documento burocrático? É uma previsão? Eu quero destacar aqui que faz cinco anos que a categoria municipal – para o cidadão que está em casa nos assistindo –, que é a professora, a monitora, a enfermeira, a técnica de enfermagem, o médico do posto de saúde, o gari, o trabalhador do DMAE que garante a água, o trabalhador da SMOV, da pavimentação, os servidores do prédio da Prefeitura que fazem os processos andarem, que ajudam a combater a sonegação, todos esses e mais tantos outros que estão há cinco anos com o salário congelado. Quando se prevê o orçamento, o investimento, tem que se prever pagar o que se deve a quem trabalha. Eu estou aqui com esse adesivo; quase 24%, por aqui está a direção do Simpa que acompanha esta sessão, porque vamos votar aqui um projeto do governo para retirar 14% agora das aposentadas, dos pensionistas, e a categoria já está há cinco anos com um prejuízo de 24% no salário.

Não é possível falar em orçamento e pensar que quem vai desenvolver a educação é o quadro e o giz sozinhos; uma escola não funciona sem ter uma direção, sem ter os professores em sala de aula. O governo tem que prever, no seu orçamento, garantir o mínimo da lei orgânica; o governo tem que cumprir leis; o governo não pode prevaricar. Isso é prevaricação. Está na lei. Estão correndo quatro processos na justiça, na Vara da Fazenda Pública; quatro datas-bases acumuladas, desde o tempo do Fortunati e Melo depois Marchezan, que não deu o que tinha que dar, o governo Marchezan foi caloteiro, e agora nós estamos aqui para votar este orçamento.

Eu quero conversar com o povo de Porto Alegre. Quando o povo reivindica direitos, muitas vezes não sabem que os governantes, por exemplo, estão deixando faltar enfermeiros no HPS, no HPV, nos postos de saúde. O Posto de Saúde Belém Novo não aguenta mais com a falta de profissionais. Tem uma enfermeira lá temporária; teria de ter três enfermeiras, 40h, porque é um posto grande, é uma comunidade grande e vem gente de outras comunidades; Posto do Belém Novo, sem funcionário. Tem que

prever no orçamento aqui a nomeação de servidores; repor os quadros, tem que repor os quadros. Aí vai lá, sabe o que acontece? A população xinga o servidor público achando que é o servidor que é o responsável por não ter médico, não ter enfermeira. Não é! Não é! É ali no paço que está faltando planejamento, Melo. Já deu tempo para se organizar, tem o secretariado, todo mundo, são seis meses e quinze dias, meu companheiro, prefeito – seis meses e quinze dias –, tem que trabalhar. Tem que botar a turma para trabalhar. Trabalhar significa não ficar carregando celulóse de uma sala para outra. Não pode ser. Cargos em comissão não podem ser carregadores de celulóse.

Já foi dado o diagnóstico. O presidente do HPV já mandou um documento pedindo enfermeiros, pedindo técnicos para o hospital. Cadê o concurso público para técnicos? Tem que prever no orçamento. Tem banco para nomear enfermeiros, o outro governo fez o concurso; tem banco. Está faltando enfermeiro no HPV. As crianças vão nascer, com qual condição do serviço público? O próprio secretário da saúde já pediu. E aí, prefeito, esbarra lá numa tal comissão que analisa. Que comissão é essa? Ela conhece como funciona um hospital? Ela sabe como funciona um hospital? Olha, acho que está faltando os técnicos se ouvirem. Não dá para as secretarias trabalharem isoladas, e isso tem a ver com o orçamento. Tem que prever no orçamento aqui um mínimo de reposição dos quadros da Prefeitura.

Vamos para as escolas. Tem monitor fazendo trabalho de professor e professor fazendo trabalho de monitor. É uma inversão. Não pode. Cada um tem sua função prevista em lei. Isso também tem que estar no orçamento, a criação de quadros, reposição, Ver.^a Mônica, e o pagamento da inflação a esses que trabalham, isso é o mínimo. Várias categorias no Brasil já receberam o mínimo de reposição que é a inflação. Não dá para manter esse arroxo salarial.

Agora, hoje, ainda, o governo priorizou a votação, vai pegar os aposentados e os pensionistas da Prefeitura que contribuía só a partir do teto do INSS, e agora vão contribuir abaixo do teto. Vou dar um exemplo: a pessoa que se aposentou com R\$ 4.400, prepare o bolso, porque vai ter que recolher, mensalmente, agora, R\$ 246, essa é a tabela que os funcionários da Prefeitura prepararam através do Simpa.

Então, gente, para quem ganha R\$ 4.400 vai contribuir, mensalmente, 5,6% da sua massa salarial vai ficar presa na Prefeitura; mais cinco anos de arroxo. Isso não dá para ser aceitável, gente. Então, para uma minoria manter seus privilégios, mais de oito mil funcionários da Prefeitura vão passar a contribuir sem necessidade. E o pior de tudo, se morrer o aposentado, a sua viúva vai ficar só com 50% da pensão. Essa é a proposta do governo, só 50%. Então, esses 4.400 vão se transformar em 2.200, menos o 5,6%, e sabe-se lá Deus o que vai acontecer com esta economia brasileira que está virada numa tragédia. A gasolina 6,20, vocês imaginem, vamos chegar no final do ano a R\$ 7,00, e aí isso tudo vai no custo de vida das pessoas. Então, eu, muito tranquilamente aqui, quero dialogar com os colegas, a gente não pode arrochar quem menos tem para garantir que o IPTU não seja mais recolhido. Mas o que é isso! Para não ter o IPTU, vai tirar do bolso de mais de oito mil servidores e mais outros tantos que vão se aposentar no futuro. A que serve esse desmonte! Olhem só o que aconteceu

com a terceirização do HPS, com a terceirização do HPS prenderam uma pessoa esta semana que tinha vínculo trabalhista com a empresa terceirizada. Qual é a acusação? Roubando remédio para fazer drogas. Essa é a acusação, essa é a precarização, esta é a terceirização, porque eles não querem pagar para os terceirizados o mesmo salário do servidor, eles pagam uma miséria. Eles estão destruindo os empregos que tinham de qualidade e os terceirizados, muitos, ficam no desespero, gente. Isso não dá para aguentar, gente; não dá para aguentar! Isso é inaceitável, a pessoa trabalhar na Prefeitura, a Prefeitura tendo dinheiro, repassa 16 milhões para os empresários de ônibus, mas para o terceirizado é só um salário-mínimo e para o servidor de carreira não tem nem a reposição da inflação. Está errado, Melo; está errado, Ricardo Gomes; está errado, governistas; está errado, porque trabalhar para contra quem constrói Porto Alegre é fazer o mesmo erro que cometeram no passado. Por que incorrer no erro dos outros? Por que não fazer diferente? Para que essa onda neoliberal de se avançar no bolso alheio. Olha, ali no Previmpa tem dinheiro, como nós metemos a mão nesse dinheiro? Alíquota de 14% nos aposentados e pensionistas. Olha, no caixa da Prefeitura tem dinheiro, o que a gente faz? Repassa 16 milhões para os empresários de ônibus que não botam ônibus circular nesta cidade. É uma vergonha o que esta Trevo fez! Empresa privada, e a EPTC de braços cruzados. Quem está na EPTC tem que trabalhar. Essas empresas privadas não podem fazer de gato e sapato a população, uma passagem a 4,80. E sabem o que está acontecendo com a passagem a 4,80? Estão recauchutando, Ver. Gilson Padeiro, eles estão fazendo um respiro na parte de trás do ônibus, onde tem o motor, para não pegar fogo. Estão enjambando o transporte porque prolongaram o tempo de vida. Tem que torcer para o cidadão que pega o transporte na Restinga conseguir chegar no Centro sem o ônibus pegar fogo. Eu quero só ver o que vai acontecer quando um ônibus pegar fogo nesta capital e morrer a tripulação, morrer o usuário do transporte público, quem vai pagar essa conta, quem vai se responsabilizar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; ao cumprimentar V. Exa., quero cumprimentar os colegas vereadores, o público que nos assiste e dizer que eu fico muito feliz de vir falar em Pauta Especial a fim de discutir o Projeto de Lei do Executivo que trata exatamente sobre a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2021, que é o ano que já está em seu andamento. Mas é interessante que nós possamos aproveitar a TVCâmara e falar também às pessoas que estão nos assistindo para dizer que este é uma das principais funções do vereador, que é fiscalizar as ações do Executivo, que é aprovar ou não aprovar o que foi gasto, o que foi

investido no orçamento da Prefeitura. Antes mesmo, do contrário que muitos pensam, que um bom vereador é aquele que apresenta projetos, e não é essa a principal função de um vereador, a principal função de um vereador é a de representar aqui os seus eleitores, representar aqui a população munícipe nos interesses que mais lhe são caros, que é a educação, que é a saúde, que é a segurança pública, que é o saneamento, que é a iluminação, que são parques e praças em condições de levarmos nossas crianças, nossos adolescentes, que é cuidar do urbanismo da cidade. Por isso, importante se faz que nós possamos discutir sobre como se dá a receita do Município e qual a forma que essa receita vai ser dispendida ao longo de 2021. Para muitos, e aqui é bom a gente deixar claro, dinheiro cai do céu, para muitos, dinheiro vem de uma árvore que a gente colhe, mas a receita que é trabalhada pelo Município, a receita que o Município tem para gerir, vem dos empresários, vem dos tributos, vem dos impostos, impostos a partir do IPTU, das pessoas físicas, e vem também dos tributos que são pagos pelos empreendimentos que nós temos aqui na capital, pelas coisas que são compradas, pelas coisas que são vendidas. A receita de um Município se faz assim. A Prefeitura não gera emprego, a Prefeitura não gera renda, a Prefeitura não tem o seu dinheiro para usar em despesas, esse dinheiro vem da labuta, do trabalho das pessoas, vem do trabalho e das vagas que se tem hoje em Porto Alegre. E eu trago o exemplo do Embarcadero que, por muitos e muitos anos, aquele belíssimo empreendimento, não foi colocado em ação em Porto Alegre. Mesmo com a pandemia, aquele espaço, com cinco restaurantes, outras lancherias, uma praça de alimentação, hoje, com pandemia, já criou novos 300 empregos. E ali sai também o dinheiro que vem para o Município investir nas coisas que a cidade precisa, e a receita é finita. Nós não podemos pensar aqui que o prefeito municipal vai ter dinheiro de sobra para investir em tudo quanto as pessoas, pelos menos alguns vereadores vêm aqui na tribuna e pedem para que aconteça. O cobertor é curto, muito mais curto por conta de uma pandemia de pessoas que forma pelo "fique em casa", "fecha tudo, não pode trabalhar". Não se tem dinheiro se as pessoas não estão nas ruas trabalhando, não se tem dinheiro se as pessoas não estão executando as suas tarefas.

Seja bem-vindo, Ver. Conselheiro Marcelo, ontem o nosso ECA estava de aniversário, tenho certeza que o senhor vai usar a tribuna também para evidenciar este estatuto que veio realmente para fazer a proteção dos nossos adolescentes e das nossas crianças.

O orçamento, que hoje nós estamos conversando, vem do trabalho, do suor das pessoas que trabalham, e ele foi de minuto, ele diminuiu pelo o que eu estava falando do "fique em casa". E até mesmo aquelas pessoas do "fique em casa" que tinham garantidos os seus salários no final do mês, têm, daqui a pouco, se não for feita uma revisão, os seus salários também parcelados, porque dinheiro, volto a afirmar, não dá em árvore. Despesa curta, Presidente Márcio, e um orçamento que o prefeito hoje teve que gerir fixando despesas. E por certo, que eu sei, que o prefeito Sebastião Melo e o vice-prefeito Ricardo Gomes gostariam de investir e colocar nas suas despesas muito mais para a educação, muito mais para a saúde, muito mais para a segurança e, se não o

fazem, é porque o que entrou de receita não vai abarcar toda a necessidade de uma Porto Alegre. Mas quero dizer que eu confio, confio no nosso governo municipal, confio no secretário da Fazenda que tem feito o seu melhor e confio nos funcionários públicos municipais que sabem o quanto importante é ter o trabalho que dignifica homens e mulheres. Por isso, nesta Pauta Especial de discussão preliminar na 3ª sessão – ainda termos mais duas, provavelmente, sobre receita e despesa do Município – eu quero deixar, a quem nos ouve, muita tranquilidade, porque a transparência e a utilização dos recursos voltados para as maiores necessidades de Porto Alegre com certeza serão realizadas. Muito obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Gostaria de anunciar, agradecendo a presença, e cumprimentar o Deputado Federal Pompeo de Mattos que acompanha nossa sessão. Seja bem-vindo.

O Ver. Giovane Byl está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde, Presidente Márcio; boa tarde, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara e pelo YouTube; boa tarde, senhoras e senhores. Hoje a gente vem debatendo pautas que são muito importantes para a cidade e a questão do orçamento é fundamental para que nós possamos desenvolver tudo aquilo que o governo planejou, tudo aquilo que o governo projetou. Mas eu queria também ressaltar que hoje, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, foi citada a presença do Deputado Pompeo de Mattos, temos a ilustre visita do skatista do Dwayne Fagundes, este jovem que levou Porto Alegre para o mundo. Esse jovem, inclusive estou calçando um par de tênis da sua marca que é um dos modelos mais vendidos no Brasil com o seu nome, é reconhecido no Brasil, no mundo como o skatista profissional, o jovem negro da periferia, filho do DJ Gê Orneles, muito conhecido em Porto Alegre. Esse jovem, além de ser um skatista renomado no Brasil, ser morador de Porto Alegre, também criou uma marca que gera renda. E eu quero, Dwayne, enaltecer aqui a sua marca, *street walker*, o empreendedorismo jovem, o empreendedorismo do skate, gerando renda, dando emprego nesta pandemia. Quero dizer para ti, meu irmão, tu és exemplo para muitos jovens aqui em Porto Alegre que enxergam em ti, que dá, sim, para nós termos um futuro, que dá, sim, para nós rompermos a bolha e, assim como tu que és hoje referência no mundo inteiro do skate, tu és de Porto Alegre, através do teu exemplo nós vamos ser referência para muitos outros jovens para também acreditar no seu dom, no seu potencial e também honrar o seu nome, a sua família, a cidade onde mora. Obrigado, meu irmão, pelo teu dom, pelo teu talento e por tu te dedicar a este esporte.

Eu também queria dizer que hoje é um dia muito importante, apareceu uma matéria no Jornal do Almoço, falando do Museu do Hip-Hop. Aqueles que me conhecem a mais tempo sabem que sou rapper, sou skatista, a cultura *hip-hop* me

ajudou muito na minha formação, quando eu estava lá na Mário Quintana, uma comunidade extremamente vulnerável, o *hip-hop* me ajudou, me deu muito conteúdo político, de informação e agora podemos ter, em Porto Alegre, o primeiro museu da América Latina que vai trabalhar a cultura *hip-hop*, vai expor para o mundo que Porto Alegre, Rio Grande do Sul, mantém esta chama viva do *hip-hop*. Não posso deixar de agradecer o prefeito Sebastião Melo que abraçou a ideia desse projeto, o secretário André Barbosa que também acreditou nesse projeto, a Associação de Hip-Hop, o Rafa Rafuagi e todos os jovens que fazem parte do movimento *hip-hop* nós vamos ser pioneiros na América Latina. Porto Alegre vai se tornar um polo turístico do *hip-hop*, onde os jovens da periferia, os jovens da cidade de Porto Alegre vão poder expressar a sua manifestação cultural de inclusão social através dos quatro elementos: break, DJ's, Mc's, grafiteiro e também o conhecimento que se soma como quinto elemento. Obrigado, Presidente, por este espaço, isto é a juventude de Porto Alegre ocupando os espaços de protagonismo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Conselheiro Marcelo está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Boa tarde a todos; saúdo a Presidente, Ver.^a Comandante Nádia, aos demais vereadores e também para você que está em casa nos assistindo. Estou tendo, hoje, a oportunidade de falar sobre um tema muito importante que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Como todos conhecem a minha história, sou conselheiro tutelar por quatro mandatos em Porto Alegre e, uma das causas que eu luto, que eu trabalho arduamente, é sempre na garantia dos direitos das nossas crianças e adolescentes. Ontem, o Estatuto da Criança e do Adolescente completou 31 anos e para nós, conselheiros, que trabalhamos extremamente na garantia do direito, o Estatuto da Criança e do Adolescente tem sido uma arma muito importante, porque, através dele, nós conseguimos, muitas vezes, salvar vidas. Uma ação do conselheiro tutelar tem uma importância muito grande dentro da sociedade, da sua comunidade onde a nossa ação, muitas vezes, define não só o futuro, mas a vida de uma criança ou de adolescente. Quero agradecer esta Casa, a Ver.^a Bruna Rodrigues, que nos recebeu através da CEFOR e que prontamente entendeu a importância que o conselheiro tem, ao meu colega, Ver. Moisés Barboza, o qual eu estava substituindo, e tive a oportunidade de poder trazer a importância da estruturação do Conselho Tutelar e da importância que tem para poder trabalhar na garantia de direitos. Então, é nesse sentido que eu aproveito aqui, com este conhecimento também, de poder trazer para vocês que eu fico muito feliz, têm muitos colegas nesta Casa que foram conselheiros tutelares, Ver. José Freitas, foi meu colega, muitos vereadores que

aqui passaram, que aqui estão já foram conselheiros tutelares e sabem da importância. É uma eleição totalmente difícil, uma eleição que não é obrigatória. Os conselheiros tutelares, principalmente ontem, estão a cada dia lutando. Quero agradecer a Coordenação do Conselho Tutelar, em nome do Cleo, em nome da vice coordenadora, Cris Medeiros, que vêm fazendo um grande trabalho principalmente em conversas com esta Casa para poder estruturar melhor o Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar estruturado, os conselheiros tendo uma estrutura melhor, com certeza nós conseguiremos garantir muito mais direitos. Eu sei que esta Casa, a Câmara de Vereadores, está tendo um olhar totalmente diferente e abriu os espaços para nós, Ver. Moisés Barboza, Ver. Gilson Padeiro, que trabalham dentro das comunidades e sabem muito bem da importância do que nós, conselheiros, sabemos muito bem o que é amassar o pé no barro. Nós conhecemos a realidade de cada um e vivemos a realidade do dia a dia não só das crianças e adolescente, mas também de todas as famílias. Eu sempre digo: onde tudo deu errado, para no Conselho Tutelar. Muitas vezes, nós conseguimos resolver muitos problemas onde há uma situação que está cada vez mais difícil, é uma precariedade do serviço não só aqui em Porto Alegre, mas também em todo o Brasil que é uma questão de precariedade nos serviços públicos, enfim, e nós, conselheiros, muitas vezes, conseguimos fazer o trabalho não só de conselheiro, mas também de serviço social. O nosso trabalho, o nosso atendimento, muitas vezes, acaba desenrolando e atendendo diretamente as famílias que chegam até nós com grandes dificuldades. É nesse sentido que eu me sinto muito feliz de estar aqui, enquanto vereador, já é a sexta, sétima vez que estou aqui, e sempre trazendo o que posso trazer nos meus projetos, inclusive que eu tenho apresentado, sempre voltado à criança e ao adolescente.

Eu tenho uma história dentro da comunidade onde eu sempre trabalhei e, como vereador, só na minha região eu consegui fazer, Ver.^a Comandante Nádia, quase 2.100 votos, apenas com trabalho e reconhecimento da minha comunidade durante o meu trabalho de conselheiro tutelar de quase 16 anos. Está presente o meu colega, sempre colega, conselheiro Charles, tive a oportunidade de concorrer, em 2004, a primeira vez com ele onde aprendi muito. Eu quero sempre agradecer e sempre que cada um de vocês, vereadores, puder tratar o Conselho Tutelar de Porto Alegre, principalmente nas suas demandas com o olhar de vocês, vocês não vão estar olhando só para o Conselho Tutelar, vocês vão estar olhando para todas as crianças, adolescentes e famílias. Então é nesse sentido que eu agradeço a todos vocês e pela oportunidade de estar podendo trazer, principalmente, esse trabalho que o Conselho Tutelar desenvolve aqui na cidade e ontem completando 31 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, colegas; boa tarde, Presidente. Queria fazer uma saudação especial, iniciar a minha fala nesta tribuna fazendo uma referência às mulheres do Coletivo Reginete Bispo, mulheres das quais eu tenho muito carinho porque fazem parte de um processo de resistência das mulheres negras nesta cidade, mulheres que me antecederam e que hoje eu tenho muito orgulho de dividir o plenário com vocês.

Eu queria também fazer referência a algumas questões que eu acho que são importantes para a gente debater nesta Casa. No final de semana, quando fazia uma agenda na Zona Norte da cidade, Ver. Giovane Byl, eu encontrei na sinaleira uma menina chamada Vanessa, ela devia ter menos de sete anos, ela vendia mandolates, e eu venho falar dessa menina porque tem sido cotidiano encontrar as nossas crianças na sinaleira. Eu quero falar sobre isso, porque hoje o projeto da reforma da Previdência é um dos nossos primeiros projetos, fazendo uma relação direta com a vida das pessoas que nos acompanham através da TVCâmara. Esse ataque ao serviço público acarreta de forma direta na vida das nossas crianças e dos nossos adolescentes de forma que a gente não consegue enxergar. Nós tivemos na cidade um aumento de 178% da ocupação das nossas crianças na rua, um aumento do trabalho infantil, Ver. Giovane Byl, trabalho que, muitas vezes, é romantizado por muitos de nós que romantiza a abertura da escola desconsiderando que, se as nossas crianças não tiverem condições de voltar para escola, elas não voltarão. Elas vão acabar e vão continuar na sinaleira vendendo mercadorias que não geram riqueza nenhuma. Em 2019, nós encontramos 120 crianças na rua; em 2020, já eram 334, eu tenho certeza que esse número é muito maior hoje. E eu evidencio que, por muito poucas vezes, essa pauta, a pauta do trabalho infantil, ocupou a tribuna desta Casa, é inadmissível que a gente pactue com algo que é tão importante. Aliás, quando a gente fala de futuro, uma contradição que eu sempre vivenciei, Ver.^a Comandante Nádia, é a contradição de que a juventude é só vista como o amanhã. Se nós não tirarmos essas crianças da rua hoje, nós não teremos futuro, porque o tráfico de drogas não teve recesso em meio a pandemia. As nossas escolas fecharam, nós quebramos o vínculo escolar porque nós não apresentamos alternativas, nós tivemos uma gestão desconectada com a vida real. Enquanto nós tínhamos uma pandemia ocorrendo, nós tínhamos gestões completamente distantes que pensavam o comércio, que pensavam os empresários e aí as isenções, mas que desconsideraram a necessidade de um pacto em defesa das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Eu ouvi aqui a fala do Ver. Conselheiro Marcelo, é inadmissível que neste momento em que se ampliam as desigualdades entre as nossas crianças, porque ser filho de rico hoje é ter acesso à educação e ser filho de pobre hoje é ocupar a sinaleira. Essa é a dura realidade e o Conselho Tutelar, muitas vezes, não tem toner para prestar um bom atendimento ou, muitas vezes, não tem gasolina, Ver.^a Comandante Nádia, para ir até uma sinaleira para registrar ou acompanhar uma criança em situação de vulnerabilidade. Eu acho inadmissível que nós tenhamos uma gestão que já vivencia os seus seis meses de mandato e que nós não tenhamos o projeto efetivo de retomada, de busca ativa de fortalecimento da rede de assistência social. Tudo isso não está desconectado desse

projeto que vem sendo apresentado aqui que, afinal de contas, enfraqueceu o serviço público de Porto Alegre fortalecendo a ampliação da desigualdade, jogando mais criança na sinaleira, fazendo com que os nossos postos continuem fechados, fazendo com que a população não tenha atendimento necessário, fazendo com que os nossos postos tenham cada vez filas maiores e a nossa população tendo cada vez menos acesso aos serviços públicos de qualidade. Eu sempre falo aqui e reafirmo, hoje, inclusive, minha mãe, uma gari de profissão, teve o orgulho de visitar a sua filha no trabalho nesta Casa, uma mulher que lutou para criar cinco filhos, mas lutou em condições diferentes, porque, se as políticas públicas não tivessem ao lado dela, eu tenho certeza que ela não conseguiria. A gente fala da força de vontade, a gente fala do mérito como se não tivesse que estar associado às políticas de assistência, às políticas públicas. É inadmissível que a dedicação até este atual momento seja atacar o serviço público, seja fazer com que a cidade, com os que menos tem paguem a conta mais cara. Nós recebemos um documento dizendo que, com o projeto aprovado, quem recebe R\$ 35 mil vai pagar R\$ 531,00, Ver.^a Comandante Nádia, e quem recebe – olhem a diferença - R\$ 6.432,00 vai pagar a mesma coisa. Um abismo! Afinal de contas, os que têm mais pagam menos e os que têm menos pagam mais. A lógica desse projeto é o empobrecimento da cidade? O aprofundamento da desigualdade? Eu acho que é importante a gente jogar limpo, muitos de nós, por muitas vezes, ocupam a tribuna para falar da necessidade de a gente atender as populações mais carentes, de a gente atender os que mais precisam, mas eu vejo o Centro da cidade sendo pensado e as periferias da cidade cada vez mais distantes. A gente vai falar, logo aqui, do transporte coletivo que não apresenta uma boa qualidade para a cidade e a gente está falando da venda da Carris, a única que tem entrado nas nossas comunidades neste período difícil. O governo Melo não ganhou a eleição dizendo que iria fazer do serviço público um feirão, e o pior, aquele final de feira que tu levas tudo a preço de banana. A sensação que se tem é que, em determinado momento, não vai sobrar nada, secretário Cassio. Afinal de contas a gente precisa olhar, ou a gente vai olhar para quem mais precisa ou a gente vai seguir ocupando a tribuna para fazer demagogia.

Eu queria aqui reafirmar o posicionamento e a postura do PCdoB que é de defesa do serviço público, porque nós sabemos que boa parte do sucateamento das empresas públicas é porque a gestão dessas empresas públicas não acredita no serviço público, não acredita que a gente precisa ofertar para a cidade qualidade no atendimento.

Afinal de contas quem tem grana vive bem e quem não tem que se lasque, porque é isso que a gente vive dizendo na vida prática, na vida real. Então, caros colegas, eu acho que a gente precisa aqui ter uma atenção mais voltada para quem mais precisa, para quem mais necessita do atendimento público, afinal de contas a gente está falando de uma série de serviços que vão ser muito necessários no pós-pandemia.

Vereador Cassiá Carpes (PP): V. Exa. permite um aparte?

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Eu, com todo o respeito, Ver. Cassiá Carpes, ao qual eu tenho muito carinho, é um colega importante, não lhe concedo o aparte, porque eu acho que a gente precisa ocupar este espaço para falar de algo que eu acho essencial. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Cassiá Carpes (PP): Eu só quis colaborar com a vereadora, a máquina dela está errada, como é que de trinta e poucos mil vai pagar seiscentos, 14%. Ela tem que corrigir a máquina dela, está errada a máquina dela.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Encerrada a discussão da Pauta Especial, em 3ª sessão. Peço ao diretor legislativo que faça a chamada para entrarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM) – às 15h35min:
Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria da Mesa Diretora, ao PR nº 018/21.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação o requerimento de autoria de autoria a Mesa Diretora, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PR nº 018/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, ao PLL nº 149/21.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 149/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. José Freitas, ao PLL nº 320/17.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação o requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 320/17 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não há mais matérias a serem apregoadas, Sra. Presidente.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Nobre Presidente, baseado no art. 178 do Regimento Interno, queria fazer o seguinte requerimento, baseado no seguinte argumento - vou fazer a leitura do requerimento. (Lê.): “Sr. Presidente: Está em votação na sessão de hoje, 14/07/2021, o PLCE 018/20, o qual trata de alterações na Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002 - que dispõe sobre o Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (PREVIMPA), disciplina o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município de Porto Alegre. Conforme consta do Parecer Conjunto nº 047/21 de autoria do vereador Mauro Pinheiro, APROVADO em votação simbólica durante Reunião Conjunta Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul, da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação e da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, realizada pelo Sistema de Deliberação Remota no dia 07 de julho de 2021, o PLCE pretende adequar a referida LC 478/02, as novas determinações contidas no PELO 002/20, aprovado em sessão no dia 23/06/2021. Entretanto, constata-se no SEI que o Proc. 118.00225/2020-91 – PELO 002/20, encontra-se na Seção de Redação Legislativa, desta Casa, para que seja consumada a Redação Final. Ou seja, os efeitos do PELO 002/20 ainda não são práticos, pois não houve a SANÇÃO e nem PUBLICAÇÃO da Emenda à Lei Orgânica. Outrossim, também se lê no Parecer nº 047/21, que a redação que pretende se dar ao art. 114, através do PLCE 018/20, está abrigada no PROC. Nº 00680/21 - PELO 004/21, cuja tramitação iniciou em 02/07/2021, estando em carga da Procuradoria Legislativa, não tendo sido, portanto, nem submetido a avaliação ou votação por qualquer Comissão e nem transitado pelo egrégio Plenário. Assim, é estranho que se proceda a VOTAÇÃO do PLCE 018/20, para regulamentar algo que ainda não conste na Legislação Municipal. Desta forma, o Vereador que subscreve este requerimento, com base no art. 178, do Regimento, solicita o adiamento da VOTAÇÃO, por uma sessão, e que seja ouvida a douta Procuradoria da Casa, sobre a apropriação legal da VOTAÇÃO que ora se pretende implementar, sob pena de estarmos incorrendo em grave vício constitucional. Sala das Sessões, 14 de julho de 2021. Ver. Aldacir Oliboni. Líder da

Bancada/PT”. Sendo assim, Sra. Presidente, solicito o adiamento da discussão ou da votação do PLCE nº 018/20 por 02 sessões.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nós encaminhamos essa situação que demonstra uma clara irregularidade que, se não for sanada pela Casa, com certeza, será sanada através da justiça. Então, além de ser uma proposta indecente, uma proposta que, claramente, ataca de forma desigual, os servidores do Município, aumentando o impacto financeiro para os que ganham menos, diminuindo o impacto financeiro para os que ganham mais. Mas, além de tudo, temos esse aspecto de não ter seguido os regimentos internos e os procedimentos legais exigidos para esse tipo de projeto. Então, o encaminhamento da bancada do PT é para que seja aprovado esse requerimento e que nós não façamos a votação dessa proposta na Casa.

É muito importante que a população de Porto Alegre se aproprie desse tema, todos os servidores e servidoras saibam do que está acontecendo, do que se trata, do impacto real que essa proposta terá no seu orçamento, na sua aposentadoria, e além do mais, é completamente desnecessária essa proposta.

Mas aqui a gente está tratando especificamente da ilegalidade patente e evidente do projeto em tela. Solicitamos mais uma vez que esta Casa tenha sensibilidade, que esta Casa avalie corretamente a nossa proposição, para que não tenhamos, depois, mais uma situação judicial sendo apresentada, por descumprimento das determinações internas da Casa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Então, presidente em exercício, Ver.^a Comandante Nádia, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o Ver. Oliboni, através de um trabalho judicioso, importante, apresentando um requerimento, pedindo adiamento da votação. É importante salientar isso, de adiamento da votação! Não é para que não se vote, é de adiamento, porque, de fato, há uma tramitação que precisa ser regular na Casa, precisa estar de acordo, tanto com a Lei Orgânica, quanto com o Regimento Interno, bem como com os precedentes normativos. O Ver. Oliboni mostrou que não há essa regularidade, não há mesmo. Eu não estou falando aqui, vereadores, do mérito do PLCE, até porque, no mérito, todos sabem, que eu tenho contrariedade absoluta, mas o

problema não é o mérito – muitos projetos aos quais eu tenho contrariedade absoluta foram votados nesta Casa de forma regular, e eu fui derrotado no mérito. Então, o problema não é o mérito e a disputa de opiniões, teses ou interpretações, quanto exatamente a isso que o governo propõe.

Eu abro um parêntese para dizer que essa nossa contrariedade é justamente porque o governo insiste em prejudicar os menores salários, beneficiando os maiores. Às vezes as pessoas imaginam assim que é um problema apenas de injustiça de gestão. Na prática, sim; porém, o fundamento não é isso, o fundamento é uma questão de classe, é definido na sociologia. O governo tem uma afinidade, claro, com os altos salários da Prefeitura, de 25, 30 mil reais, por uma questão de classe social, e se sente completamente antagonista em relação aos baixos salários, de três, dois, um salário-mínimo, porque não são as pessoas do mundo, de quem pensa e gere o Município de Porto Alegre, através do Executivo, é a outra classe, é a classe antagonica, é a classe de confronto. E, na classe de confronto, tudo de ascensão é proibido - eu ainda estou no parêntese do mérito - ou seja, aqueles que ganham menos devem ganhar menos ainda, essa é a visão do prefeito, essa é a visão de quem comanda o Executivo. E aqueles que ganham mais, se possível, que ganhem mais ainda. Então, essa é a forma que aparece, tanto no PELO, quanto no PLCE. Bem, no PLCE, de forma mais dura! Fecho o parêntese sobre o mérito.

Então, o que nós temos aqui é uma irregularidade de tramitação, que independe do mérito. Eu sei que há vereadores favoráveis, por conta de ser um projeto do Executivo, mesmo sendo do Executivo anterior, do Executivo Marchezan, mas é ainda do Executivo, e sendo do Executivo terá muitos votos favoráveis. Mas o problema é de tramitação – ele está irregular na tramitação, e o judicioso, repito, trabalho do Ver. Oliboni, com sua assessoria, nos traz essa situação, essa circunstância, que obriga, com certeza, a Casa a aguardar, até que a Procuradoria do Legislativo se manifeste. Obrigado, Presidente

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Claudio Janta (SD): Pau que bate em Chico também bate em Francisco! Segunda-feira nós vimos alegar que Vossa Excelência não cumpriu o acordo de líderes, Vossa Excelência agiu mal ao priorizar um projeto aqui neste plenário, que é um direito seu, como de qualquer um dos vereadores. Nós tivemos uma reunião de líderes, na qual deliberamos vários procedimentos que já estou vendo que não estão sendo cumpridos neste plenário. Então, reunião de líderes, como já disseram, reafirmo, é desnecessária aqui nesta Casa, porque combinaram várias coisas e não estão cumprindo. E se inicia dizendo que vão entrar na justiça. Entrem na justiça, porque vários projetos de lei, votados nesta Casa, acabaram na justiça, tanto que nós nem pudemos renovar votações quando ocorre diferença de votos, porque está na justiça. A questão dos aplicativos não foi resolvida na cidade de Porto Alegre porque está na justiça. Então, nós aprovamos um PELO; o PELO está aqui, está pronto, está aprovado -

trâmites burocráticos para ir para o Executivo; nada impede de nós votarmos algo relacionado a este PELO. Se eu estiver errado, Luiz Afonso, me corrija; agora, nós vamos pagar o ônus de votar e ir para a justiça. Se a ameaça é a justiça, que a justiça decida.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde a todas e todos; bom, primeiramente um requerimento muito bem fundamentado pelo Ver. Oliboni, que coloca uma questão pertinente sobre o andamento do projeto, que é o fato de o PELO não ter sido ainda finalizado em sua tramitação, o que impede de votarmos, neste momento, o projeto das alíquotas que atua sobre essa legislação que sequer foi publicada. Nós cremos que isso cria um problema grave, cria uma situação de insegurança. E, independente do mérito do projeto, vocês sabem a opinião da oposição, a opinião do PSOL – é óbvio que somos contrários ao projeto da alíquota. Estamos aqui em diálogo, juntos aos servidores e servidoras municipais e suas representações, mas trata-se de uma questão sobre o problema de tramitação que criará uma insegurança. Aí, Ver. Janta, não se trata de descumprimento de acordo; pelo contrário, trata-se de colocar um problema para esta Casa para evitar que a discussão que fizemos neste plenário seja encaminhada ou resolvida em outro ambiente que não o legislativo - essa é a grande questão. O pedido do Ver. Oliboni, através do requerimento, é bem simples: que se adie a votação por duas sessões, até que haja o posicionamento da Procuradoria da Casa, trata-se de um pedido simples - essa é a questão, diante de um problema que foi identificado, uma questão de tramitação. Neste sentido é um risco que a base governista pode correr com um projeto de seu interesse. Nós estamos colocando aqui um debate sobre uma questão simples: adiar a votação por mais de uma sessão, ter o posicionamento da Procuradoria para que o projeto cumpra sua tramitação como deve ser e que se possa fazer o debate também da maneira aprofundada sobre a pauta que está em questão. Essa é a nossa posição; por isso encaminhamos favoravelmente ao requerimento do Ver. Oliboni. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Daiana dos Santos está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Venho aqui em nome do PCdoB fazer um encaminhamento para este requerimento do Ver. Aldacir Oliboni, mas quero registrar a irregularidade da forma como está sendo apresentado. Uma vez que

passa aqui nesta Casa, desta forma, abre um precedente que não é cabível, não é crível para um espaço como esse que o tempo todo nos aponta, nos condiciona a executar, de forma exemplar, a legislação. Então, nós nos colocamos aqui, diante deste plenário, para que seja repensado a forma como estão sendo executadas essas ações, para que seja feito o adiamento por duas sessões, acho que é para ter um debate mais amplo porque é irregular. Não se pode ter uma modificação em algo que não está dentro da legalidade. Fica aqui o nosso registro enquanto bancada do PCdoB, porque não é possível fazer uma negociação dessa natureza. É mais do que necessário que façamos esse adiamento! Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 10 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Declaro rejeitado o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 04 ao PLCE nº 004/21.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLCE nº 004/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito que seja feita a leitura da Emenda nº 05 ao PLCE nº 018/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 05 ao PLCE nº 018//20.)

VOTAÇÃO

(encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0379/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 018/20, que altera o artigo 21, a denominação da seção I do Capítulo III, o § 3º do artigo 31, o artigo 32, o artigo 33, o *caput* e §§ 1º e 4º do artigo 34, o *caput* do artigo 36, o § 5º do artigo 37-A, o *caput* e § 1º do artigo 63, o § 1º do artigo 64, o *caput* do artigo 80, o inciso XVI do artigo 96, o artigo 124, inclui os §§ 2º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11 no

artigo 34, o § 2º no artigo 36, o inciso III no § 4º e os §§ 6º a 11 no artigo 37-A, o § 2º no artigo 38-B, os §§ 3º, 4º, 5º e 6º no artigo 63 e os artigos 34-A, 36-A, 74-B, 113 e 114, e renomeia o parágrafo único do artigo 38-B para § 1º, todos na Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002 - que dispõe sobre o Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (PREVIMPA), disciplina o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município de Porto Alegre, inclui os §§ 10, 11, 12, 13, 14, e 15 no artigo 2º na Lei Complementar nº 505, de 28 de maio de 2004, que fixa alíquotas de contribuição previdenciária para fins de custeio do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município de Porto Alegre, define regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. (SEI 118.00229/2020-70)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e das Emendas nºs 03 e 04 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 03 e 04.

Observações:

- com Emenda nº 03, do Ver. Claudio Janta;
- com Subemenda nº 01 à Emenda nº 03, do Ver. Claudio Janta (líder da Bancada do SD);
- com Emenda nº 04, dos Vers. Idenir Cecchim, Claudio Janta, Mauro Zacher e Aírto Ferronato e das Ver^{as} Cláudia Araújo e Comandante Nádia;
- com Subemenda nº 02 à Emenda nº 04, do Ver. Idenir Cecchim (líder da Bancada do MDB);
- com Subemenda nº 04 à Emenda nº 04, do Ver. Aírto Ferronato (líder da Bancada do PSB);
- com Subemenda nº 05 à Emenda nº 04, dos Vers. Aírto Ferronato e Mauro Zacher (líder da Bancada do PDT);
- com Subemenda nº 06 à Emenda nº 04, das Ver^{as} Daiana Santos e Bruna Rodrigues (líder da Bancada do PC do B);
- com Emenda nº 06, do Ver. Idenir Cecchim (líder Governo);
- retiradas as Emendas nºs 01 e 02 e as Subemendas nºs 01 e 03 à Emenda nº 04;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM; § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 12-07-21.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 018/20. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores, vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, servidores públicos - aqui nós temos vários representantes dos servidores públicos, num processo legislativo tremendamente arbitrário, onde as galerias e a Câmara de Vereadores foram fechadas para os servidores público. Um governo que utilizou a situação da pandemia para fazer um ataque aos servidores públicos, esse é o sentido do projeto global que está sendo votado aqui, um projeto malfeito. Esse projeto foi tão malfeito que ele não definiu sequer, no projeto de lei, a definição clara dos proventos para fazer o cálculo da aposentadoria, deixando uma situação de incerteza para os servidores públicos. Um projeto que o governo fez tão malfeito, tão às pressas, para tentar aproveitar a pandemia e aprovar tão às pressas que fez uma legislação em cima de outra que já não existia mais; por isso que tiveram que fazer aqui subemenda para corrigir esse tipo de problema. O Ver. Janta, que fica aqui protestando, sempre ao lado de qualquer governo - o Ver. Janta é daquela linha: Hay gobierno, estoy a favor, fica tentando atrapalhar! A emenda é muito clara, foi lida. Nós precisamos definir, de modo claro, quais são os proventos dos aposentados. Isso não está definido no projeto do governo; portanto, é um acréscimo que precisa... Esses proventos, definindo que o valor constituído pelo subsídio, pelo vencimento e pelas vantagens pecuniárias permanentes do cargo, estabelecidos em leis, acrescidos dos adicionais de caráter individual, pelas vantagens pessoais permanentes, as gratificações de produtividade de local de trabalho, de insalubridade, de periculosidade, e demais parcelas de natureza remuneratória. Isso, Ver.^a Cláudia, não está definido no projeto do governo. E se isso não se define, não se saberá sequer qual é o valor real dos proventos que devem servir para o cálculo da aposentadoria. Esse é o sentido da emenda. E digo mais: esta emenda é tão importante, tão importante, que o governo mesmo buscou fazer uma correção – isso eu sou obrigado a reconhecer. Eu apresentei esta emenda; depois veio uma proposta do governo, uma emenda do governo, tentando apresentar essa correção, sem a qual a confusão seria geral. Então, é importante que o líder do governo, Ver. Cecchim, esclareça a natureza, inclusive, da emenda do próprio governo, porque a emenda que eu apresentei mostra uma lacuna no projeto. E essa lacuna é tão evidente, porque, de fato, o projeto foi malfeito, que o próprio governo, pelo que eu vi, teve que encaminhar uma emenda, ao invés de simplesmente dar razão para minha proposta... Eu não vou querer ser o dono da verdade, mas, ao invés de afirmar que a minha proposta estava correta, o governo tratou de construir uma emenda própria, que, na verdade, trata de corrigir o problema, a Emenda nº 04, mas acho que é bom que os vereadores e as vereadoras discutam de modo claro o conteúdo da Emenda nº 05, o conteúdo da Emenda nº 04, que se faça um estudo aqui, a partir da presidência, a partir da Diretoria Legislativa, se o que está na Emenda nº 04 contempla exatamente tudo que está na Emenda nº 05. Eu creio que a minha emenda garante, de modo mais claro, o cálculo correto dos proventos. Mas eu sei que o governo fez esse movimento para tentar corrigir essa enorme lacuna que provocaria uma enorme incerteza na aposentadoria dos servidores municipais. Não basta os ataques que os servidores estão recebendo, esse

tipo de legislação, feita às pressas, sem definições claras, produzindo incertezas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 018/20.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Nádia, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, estou aqui acompanhando a sessão. A questão da Emenda, de autoria do Ver. Robaina, eu, com toda a tranquilidade, digo que isso foi uma demanda que nós fizemos, quando se fez algumas redações no PLCE, através da Emenda nº 04, no novo PELO que está sendo discutido na Câmara. Esta redação consta, estimado amigo, Ver. Robaina, de outra forma, mas ela consta, porque fomos nós que, originalmente, pedimos que, para aprovação do PELO, teríamos que ter uma garantia – e eu falei da tribuna há algum tempo, bem como respondi para milhares de pessoas – de que necessariamente deveria ter uma garantia do que seria a integralidade e paridade, que, nas negociações, também consegui ou conseguimos. Ir para a Lei Orgânica como foi, a paridade e a integralidade, se afirmação do que é e do que compõe essa paridade, ela seria capenga, sim; portanto, amigo Robaina, a redação de outro modo consta e vai constar; portanto, não vejo nenhuma razão para não votar favoravelmente à emenda do Robaina – o vereador escreve de outra maneira, mais clara, não faz remissão a artigo nenhum, do que comporá a remuneração do servidor, para efeitos de proventos da aposentadoria. Era isso, aí, Ver. Robaina - respeito muito a sua trajetória, sua forma firme de atuar; agora, pode falar de todos, menos do que capitanei, quase sempre, nas discussões. Graças à aprovação do PELO é que estão acontecendo essas definições todas. Depois vou falar quando discutir o projeto, mas, servidoras e servidores, do Município de Porto Alegre, tenho absoluta consciência de tudo aquilo que fiz e do que fizemos, com a participação dos vereadores de situação, que merecem meu respeito, que estiveram junto comigo, e com os vereadores da oposição – também agradeço, que participaram numa defesa do não, mas ajudaram na construção do que estamos fazendo aí; portanto, estes avanços, não esqueçam, senhoras e senhores que nos acompanham, estive junto desde o início. E a redação consta de uma forma de remissão de artigos, parágrafos e incisos, consta nas negociações das quais participei. Aquele abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 018/20, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Vereadoras e vereadores, público que nos assiste, vejam bem, na verdade, quando o Ver. Roberto Robaina, líder do PSOL, apresenta essa emenda em destaque, o que ele busca é exatamente garantir que a aposentadoria das servidoras e dos servidores conserve a dignidade do cargo anteriormente exercido. É isso. Então, não me parece que necessite grandes debates essa obviedade. A emenda é extremamente necessária. Isso não quer dizer que não tenha havido preocupação com esse tema antes. Isso não quer dizer que o Ver. Ferronato não tenha tratado cuidadosamente desse tema. Isso quer dizer que nós temos a melhor forma de legislação sobre o tema na emenda do Ver. Robaina – é isso. Nós temos a Emenda nº 05, que não descaracteriza, não autoriza, não informa que não houve trabalho anterior sobre ela, não! Ela simplesmente agrega, numa forma legislativa correta, que é a emenda, nesse caso, o conhecimento, a necessidade e o trabalho de outros. Eu não sei quantos pessoas trabalharam nesse sentido, e ótimo que tenha havido muitos trabalhando. O fato importante é que esse resumo que a emenda traz contempla esse trabalho inequivocamente. Ou alguém pode dizer que a emenda está errada? Ela não está, está correta, aliás, corretíssima. O que alguém pode colocar, eventualmente, é que esse trabalho foi feito por terceiros, sim, mas é aí? Nós podemos votar a Emenda nº 05, e devemos votá-la por uma questão de responsabilidade com quem trabalhou e vai se aposentar, ou com quem já se aposentou, por uma questão de dignidade, por uma questão de exemplo.

Eu sou advogado trabalhista desde os 21 anos, quando eu era estagiário, tenho 65 anos, são 44 anos que sou conhecedor dessa legislação. Eu não tenho a menor dúvida que essa emenda é perfeita para o tema. É perfeita para o caso que estamos debatendo. Como sei que esse PLCE é muito ruim dentro de um contexto geral negativo, que vem desde o PELO, a Emenda nº 05 nos dá garantia mínima com relação a quem se aposenta. E mais: se de alguma maneira ela está, em parte, prevista em outros aspectos do projeto ou de emendas, também é irrelevante, porque a Emenda nº 05 é a garantia, o resto são intenções, ou ausência delas. Para nós agora, e aqui concluo, vereadoras e vereadores, o que importa é encaminharmos favoravelmente à aprovação dessa emenda destacada porque ela é a síntese daquilo que é necessário haver, garantir para os servidores e servidoras já tão atacados em seus direitos básicos e fundamentais. Pela aprovação da Emenda nº 05. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 018/20.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Boa tarde, vereadoras e vereadores, público que nos acompanha pela TVCâmara, minhas covereadoras e os trabalhadores representantes do Simpa que acompanham este debate. Eu me inscrevi

para me manifestar porque a gente, desde que foi reapresentado o PELO nº 002 aqui nesta Casa – já aprovamos tecnicamente –, temos denunciado publicamente que essa reforma previdenciária é um ataque aos direitos básicos dos trabalhadores municipais, especialmente das trabalhadoras, que são a maioria absoluta, em nome de um discurso de déficit previdenciário, já comprovamos que há superávit previdenciário. E também para reafirmar aqui a nossa indignação quando o governo apresenta um PLCE que, ao invés de amenizar os impactos do PELO nº 002, agrava os impactos. O projeto de lei que propõe – que propõe – o aumento de alíquotas de contribuição previdenciária para trabalhadores aposentados que ganham acima de dois salários-mínimos, num país onde o salário-mínimo está defasadíssimo, o salário-mínimo de R\$ 1 mil. Então, o trabalhador, a municipalidade, o município trabalham a vida toda, contribuem com a Previdência, e, quando vão se aposentar, têm que tirar uma parte dessa aposentadoria, que vai para restituir para os cofres do governo. E vejam bem, quem ganha dois salários-mínimos, e o governo vem com o discurso de supersalários, o endividamento... E nós sabemos quem ganha dois, três, quatro, cinco salários-mínimos, no Município, são as técnicas de enfermagem, são as professoras, são as trabalhadoras da limpeza urbana, majoritariamente são as mulheres.

Então, eu me inscrevi aqui para fazer a defesa da Emenda nº 05, porque trata-se de uma emenda de redução de danos, do dano que já está feito! Mas vamos reduzir os impactos desse dano aprovando essa emenda, porque tanto o PELO nº 002 como esse PLCE nº 018 traz uma insegurança jurídica para o Município, para o Previmpa e para os trabalhadores. Uma insegurança jurídica e financeira! Nós somos contra o PELO nº 002 e o PLCE nº 018, mas sabemos que não somos a maioria aqui. Então, nós pedimos pela aprovação dessa emenda de redução de danos para os trabalhadores e as trabalhadoras do nosso Município, porque não há serviço público sem servidoras e servidores. Quem diz que vai melhorar o serviço público e ataca servidores e servidoras sabe que não está preocupado com a população. A base do serviço público são homens e mulheres que prestam esse serviço, na saúde, na educação, na assistência social, na administração, em qualquer setor. Então, nós deliberamos pela aprovação dessa emenda de redução de danos. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 018/20.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste através das nossas redes, da nossa TV, essa emenda apresentada pelo Ver. Roberto Robaina não precisa ser um advogado ou um

estudante de Direito para saber que ela retira novamente o que está lá no artigo que o senhor quer revogar e que já foi revogado. O senhor tomou um monte de rasteira do Marchezan e tomou mais uma agora de uma lei que já foi revogada. O senhor está querendo legislar em algo que não existe mais! Lá na gestão do Marchezan, há um ano e meio, foram revogados os artigos 113 e 114 da lei que o senhor se refere, foram revogados. Se o senhor pegar, está riscadinho, foi revogado! E agora o Ver. Idenir Cecchim, com a subemenda que ele apresenta, reinclui os dois artigos na nova lei. E aí V. Exa., novamente, comete erros primários na ânsia de tentar somente fazer discurso aqui, nesta tribuna. Quando o senhor diz assim: “O Ver. Janta esteve em tudo que é governo”. Eu tive, fui líder do governo Marchezan durante oito meses aqui nesta Casa, no período em que o senhor não ganhou uma de mim! Assim como nós instituímos o ponto aqui nesta Casa, na gestão do Ver. Mauro Pinheiro, o senhor ficou procurando alguns setores e segmentos desta Casa, porque o senhor não conhecia, porque o senhor era CC. Nem aproveitando todo esse tempo que o senhor não conhecia, que foi ser CC na Assembleia, o senhor aproveitou para estudar a lei, para tentar melhorar esta cidade e não ficar só na oposição sendo contra a tudo e a todos! Tudo e a todos! Nós não estamos mentindo e nem enganado ninguém, agora, nós – eu falo nós porque eu sou, fui e serei sindicalista a minha vida inteira – não fazemos greve com 18 pessoas presentes numa assembleia, eu não decreto greve com 39 participações de curtidas numa assembleia. Eu não decreto greve com seis pessoas compartilhando. E os vereadores, Ver. Cecchim, todos preocupados como iam entrar na Câmara hoje, porque ia ter greve dos municipais. Vocês foram abandonados nessa luta porque vocês não souberam sentar, negociar, encaminhar, radicalizaram nessa luta! Por isso que vocês perderam: radicalizaram! Não aprenderam nada com o restante do movimento sindical, aí fica bonito vir para cá e falar, mas quem iniciou essa questão da reforma da Previdência, bem-vindo ao mundo real, foram os vereadores do PT! Bem-vindo ao mundo real, porque quem iniciou isso foi o governo Lula! E quem está lá na rua ganhando R\$ 1 mil, que é o salário-mínimo do aposentado, paga previdência. Por que vossas excelências não vão pagar? Qual a diferença do senhor com quem trabalha no comércio? Qual a diferença de vocês quem trabalha como rodoviários, que vocês dizem que defendem? Qual a diferença de vocês e de quem trabalha na construção civil? Qual a diferença de vocês dos aposentados brasileiros de não querer pagar a previdência? Se eu, quando me aposentar, vou pagar a previdência. Eu que vou me aposentar num teto de, no máximo, extrapolando, R\$ 5 mil, vou pagar a previdência.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Ah, não, é a vida, a vida real, não é o mundo que vocês vivem, um mundo que não existe mais! Um mundo que foi quebrado, foi dilacerado! Iniciou no governo do PT! Foi O Lula que encaminhou essa reforma da Previdência, tenham coragem de vir falar aqui, façam autocrítica construtiva! Nós, lá atrás, quando foi iniciada a reforma da Previdência do Brasil, vimos

que a previdência ia quebrar e iniciamos a reforma da Previdência do Brasil, hoje vimos que foi um erro. Façam autocrítica! Claro, vocês abriram os primeiros buracos, venho o Temer e terminou tudo, e o Bolsonaro largou a última terra em cima, mas vocês iniciaram a sepultar os trabalhadores brasileiros. Vocês iniciaram a maltratar os trabalhadores brasileiros e agora, Ver. Robaina, o senhor vem me apresentar uma emenda para uma lei que nem existe mais. Por favor, o senhor está querendo restaurar o que já foi retirado da lei na cidade de Porto Alegre. Então, o senhor faça algo realmente plausível, algo realmente que a gente possa votar, não pirotecnia para o senhor ficar aqui fazendo discurso, para o senhor ficar o tempo inteiro discursando por algo que não vai acontecer, vendendo ilusão para os trabalhadores municipais de Porto Alegre. Não os 18 que participaram da assembleia, os 39 que curtiram e os seis que compartilharam, porque os municipais sabem e estão pensando lá na frente, no seu futuro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 018/20.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Bom, primeiramente, o Ver. Claudio Janta nitidamente está desinformado sobre a mobilização das servidoras e dos servidores do Município, porque o que nós vimos, nos últimos meses, foram milhares de trabalhadores preocupados com o futuro da cidade, fazendo debate político, apresentando números, mostrando aquilo que a Prefeitura se negou a mostrar ao longo desses meses, os cálculos atuários, lutando para as regras do jogo fossem cumpridas aqui, nesta Casa, lembrem bem! Esse projeto poderia ser votado lá atrás sem o parecer do Previmpa, foi uma ação da oposição dessa Casa, do Simpa, que colocou essa discussão na mesa. Tantas questões que nós trouxemos para o debate, mas infelizmente tem gente que se nega ouvir e não sobe nesta tribuna para falar o que pensa para o futuro do funcionalismo público na cidade de Porto Alegre. Comprou totalmente esse discurso que o Melo está desenvolvendo desde que assumiu, de que o servidor público, na verdade, é inimigo da cidade de Porto Alegre – é isso que o Melo está querendo dizer. Ao invés de atacar os privilégios daqueles que ganham milhões na nossa cidade, daqueles que têm lucros indevidos, eles atacam os direitos dos servidores. Eu gostaria que os vereadores da base governista viessem aqui na tribuna e discutissem o conteúdo da emenda do Ver. Roberto Robaina, ou seja, eu quero que garantam que os cálculos dos proventos dos servidores sejam feitos respeitando o conjunto dos seus direitos adquiridos: insalubridade, periculosidade. Vocês têm medo de garantir isso? Qual é o problema? Essa é a questão.

Infelizmente, esta Casa tem desrespeitado permanentemente o funcionalismo público municipal – permanentemente –, porque deveria ser aliado

daqueles que estão na ponta cuidando da cidade de Porto Alegre em diferentes áreas: na educação, na saúde, na assistência social, no DMAE, no DMLU, deveria ser aliado, mas não é, estão votando políticas que vão restringir os direitos. Agora, com essa discussão da alíquota, mais uma vez, podem diminuir o poder aquisitivo desses trabalhadores. Nós não nos enganamos com essa falsa discussão de atacar os privilégios, porque os mesmos que vêm dizer isso aqui na tribuna são aqueles que reproduzem o discurso reformista que está afundando o mundo do trabalho nos nosso País. O Ver. Claudio Janta diz que é sindicalista, mas nunca vi o Ver. Claudio Janta na defesa dos direitos dos trabalhadores aqui em Porto Alegre – nunca vi! Nem ficou ao lado dos rodoviários, Janta. Quando tinha greve, quando tinha mobilização, quando estavam unificados os trabalhadores aqui do Município, nós nos encontrávamos na defesa desses trabalhadores. O Ver. Roberto Robaina sabe muito bem do que eu estou falando, sabe muito bem, porque é um tipo de sindicalismo que, quando o trabalhador precisa, não encontra o sindicato, é isso que acontece. E aí insistem em desrespeitar os servidores do Município de Porto Alegre. Inclusive, fizeram a nossa Casa passar por uma situação lamentável, que eu creio que entrou para os anais da Câmara de Vereadores como um dos momentos mais tristes aqui, desta Casa, que foi a primeira vez que esta instituição, o Parlamento Municipal votou uma Moção de Repúdio contra uma entidade de classe, uma entidade representativa dos trabalhadores para fazer politicagem – para isso! Fizeram isto: mancharam a história da Câmara Municipal para fazer politicagem contra os servidores públicos municipais, foi isso que aconteceu. Então, eu creio que os servidores merecem respeito, merecem um debate mais qualificado do que nós fizemos aqui, um debate mais qualificado que trouxesse os números, que colocasse a verdade nessa discussão. Repito, mais uma vez, eu quero ver os vereadores garantindo para os trabalhadores que o cálculo dos proventos será feito com critérios que respeitem o direito dos trabalhadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 018/20.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Peço que o pessoal se acalme, por gentileza, temos um vereador na tribuna. Vamos manter a calma.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente. Eu quero rebater algumas coisas que foram ditas aqui sem precisar o uso da força, sem a provocação, vereadores. Ver. Matheus, nós temos que nos acalmar e não provocar. Mais: só para dizer que o que manchou a Câmara de Vereadores aqui não foram as

votações que nós fizemos, foram as invasões que fizeram aqui! As invasões do Simpa! As invasões que fizeram aqui na Câmara, isso sim manchou a Câmara! Ver. Matheus, o senhor sabe do que eu estou falando! O Ver. Jonas não está aqui. Isso sim foi que manchou a Câmara de Vereadores para tudo! E fizeram isso na Assembleia também, as mesmas pessoas, o mesmo partido! Com que moral vocês vêm aqui dizer que alguma coisa manchou? Vocês mancharam! E se deixarem, continuarão manchando! (Tosse.) Até tosse me dá. Nós temos que refletir, sim, sobre as invasões contra a democracia. Eu tive que fazer uma votação lá na sala das comissões, porque o sagrado plenário foi invadido. Foi invadido, mas nós votamos. Nós, vereadores, não nos dobramos por invasores, nós votamos no mesmo dia, na mesma noite. Se precisar, nós vamos continuar enfrentando isso. Eu espero que não se precise mais. Eu espero, sinceramente, que não se precise mais fazer isso, mas isso, sim, foi a mancha que houve na Câmara de Vereadores. Vamos continuar votando. Vamos votar “não” nessa emenda. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina tem uma questão de ordem.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, o líder do governo fez uma intervenção... Se o Felipe Camozzato parar de atrapalhar o orador que está fazendo a questão de ordem... O líder do governo fez uma intervenção que não tinha como objeto o debate da emenda, isso não é correto.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Nós acordamos, na reunião de líderes, que as questões de ordem seriam sobre a ordem dos trabalhos.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Mas é exatamente o que eu estou dizendo, o líder do governo atuou de modo a subverter isso, fazendo uma intervenção acusando a oposição. Nós aqui estamos defendendo as nossas ideias e não vamos ser intimidados por ameaça nenhuma, de quem quer que seja. Nós estamos defendendo os servidores públicos!

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem, muito obrigado, vereador, está entendido. Não havendo mais vereadores inscritos, peço ao diretor que coloque em votação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 018/20. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM** e 24 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitada a Emenda nº 05 ao PLCE nº 018/20.

Vamos agora para apreciação das emendas não destacadas e do projeto. Por gentileza, diretor, proceda à leitura.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Registramos que as Emendas nº 01 e nº 02 foram retiradas, assim como a Subemenda nº 01 à Emenda nº 04 e a Subemenda nº 03 à Emenda nº 04. Serão apreciadas: Emenda nº 03, de autoria do Ver. Claudio Janta; Subemenda nº 01 à Emenda nº 03, de autoria do Ver. Claudio Janta; Emenda nº 04, de autoria do Ver. Idenir Cecchim e outros; Subemenda nº 02 à Emenda nº 04, de autoria do Ver. Idenir Cecchim; Subemenda nº 04 à Emenda nº 04, de autoria do Ver. Airto Ferronato; Subemenda nº 05 à Emenda nº 04, de autoria do Ver. Airto Ferronato e Ver. Mauro Zacher; Subemenda nº 06 à Emenda nº 04, de autoria da Ver.^a Bruna Rodrigues e Ver.^a Daiana Santos; Emenda nº 06, de autoria do Ver. Idenir Cecchim. Alertamos que os encaminhamentos serão feitos, globalmente, do projeto e das emendas não destacadas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o PLCE nº 018/20. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a matéria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras e vereadores, nós temos que, primeiro, referir o seguinte: a nossa contrariedade absoluta a esse projeto buscado no passado, da gestão Marchezan, e que tem na sua essência um ataque brutal aos servidores municipais. E é um projeto onde a sua existência está marcada por uma ideia de chantagem e vingança. Eu explico. Quando havia uma impossibilidade de o governo atingir 24 votos, por diversas vezes, tanto o prefeito quanto os vereadores falaram que esse PLCE voltaria então. Chegou a ter vereador dizendo que emendaria o PLCE por uma alíquota de 28%, na tribuna. Então, esse projeto nasce de uma necessidade de chantagem e ameaça de vingança, uma retaliação porque o governo não tinha 24 votos. Mas eu dizia que era uma faca de papel, porque esse projeto é inconstitucional, ele tem problema seríssimos de tramitação, incluindo parecer jurídico contrário. Bem, no projeto, há a Subemenda nº 06 à Emenda nº 04, que é de autoria da Ver.^a Bruna Rodrigues e da Ver.^a Daiana Santos. Essa subemenda que e nós lamentavelmente não chegaremos a votar, talvez, eu gostaria de votá-la. É uma emenda importantíssima porque protegeria, e aqui prestem atenção, Ver.^a Daiana Santos e Ver.^a Bruna Rodrigues, eu tive a honra de assinar também, o Simpa preste atenção nisso, protegeria os baixos salários. A Subemenda nº 06 à Emenda nº 04 protegeria os baixos salário, é essa a intenção. Então, esse encaminhamento quanto ao projeto, nós temos que fazer esse esclarecimento, que, talvez, não tenhamos a oportunidade de votar, o que seria um crime, uma subemenda que tem todo o mérito, porque a proteção dos baixos salários é uma obrigação nossa. Nós, que eu digo, quem

tem compromisso com a classe trabalhadora, os que menos possuem. Nós, os que tem compromisso com o patrimônio público, o patrimônio público é o patrimônio de quem não tem patrimônio, que são justamente essas pessoas dos baixos salários do Município. Elas estão sendo violentamente atacadas e agredidas por esse PLCE, essa subemenda salvaria em parte, pelo menos, esses seriam salvos. Então, é uma circunstância que nós temos que salientar porque ela é de maior relevância, que o restante da discussão será dado a partir de agora, porque nós sabemos das posições. O governo e seus aliados não têm qualquer compromisso com o serviço público ou com os servidores públicos, em decorrência. Sempre que ataca o serviço público, por via de consequência, o Executivo ataca os servidores. Mas, nesse sentido, releva destacar que naquele momento em que o PELO não tinha os votos é que surgiu a ameaça do PLCE, e essa ameaça não é pouca coisa, porque ela é uma ameaça baseada no resgate de um passado já derrotado, que era o PLCE nº 018, e que nos traz de volta a ameaça concretizada agora apesar da aprovação do PELO. Então, vejam bem, vereadoras e vereadores, o governo conseguiu a aprovação do PELO de uma maneira prejudicial aos trabalhadores, bastante prejudicial! Mas como não tinha, ameaçou com o pior, agora ele tem e mantém o pior e nessas circunstâncias que nós vamos votar. Tudo isso fica nos anais e nada disso será esquecido. Nós temos a memória e guardamos essa memória documentalmente. E as atas vão refletir sempre essa posição. A nossa necessidade de defesa da classe dos trabalhadores sempre nos coloca em posição de desvantagem. Nós sabemos o que é a correlação de forças num plenário como este, conhecemos isso, não nos assusta isso, não temos medo de nada. Eu concluo dizendo, Sr. Presidente, que a nossa missão e a nossa consciência estão do lado correto e faremos a luta certa com o objetivo adequado, e os trabalhadores e trabalhadoras de qualquer setor, começando pelo público no dia de hoje, podem contar conosco. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 018/20.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Até como disse o amigo Ver. Pedro Ruas: para ficar nos anais, respeitando as posições de todos. Ser contra o PELO seria aprovar de tabela o PLCE nº 018 e a Emenda nº 01. O pessoal alega: “Não, ingressamos na justiça, vamos ganhar certo”. Em 2007, aconteceu a mesma coisa: vamos votar tudo contra que vamos ganhar na justiça. Na sexta-feira passada, recebi uma mensagem de um particularíssimo amigo meu, ex-aluno, servidor público indignado e chateado comigo e me disse: “O que você fez, Ferronato? Por que você votou a favor?” Eu pedi a ele o que aconteceu. Ele me disse que, numa reunião, o Simpa explicou, mais pessoas me disseram isso, a questão de como ficaria com a emenda nº 04, esqueceram de fazer uma explicação mais detalhada dizendo o que aconteceria com o PELO nº 018 e a Emenda nº 01. Deixar claro para os servidores o que seria aprovado

e o que será. Não fizeram. Eu quero repetir que seria decente, não estou chamando ninguém de indecente, apresentar uma proposta comparativa. Isso quer dizer compara como ficaria e como vai ficar. Também na sexta-feira, outra questão brilhante, recebi outra mensagem indignada, dizendo que com o meu voto no PELO, o Ver. Pedro Ruas falou agora também alguma coisa parecida, com o meu voto no PELO, o Simpa ficaria impossibilitado de ingressar na justiça. Respondi: “Mas quem te disse isso?” A resposta: “Foi o Simpa”. Eu respondi que era uma inverdade, porque, na verdade, entrar na justiça pode a qualquer momento, e os argumentos que me falaram lá no início seriam os mesmos, não mudaram. Portanto, essa questão de dizer que com a minha votação terminou, morreu tudo, eu sei porque ela está acontecendo e me desculpem se estou equivocado. Se as entidades não ingressarem na justiça, a culpa será minha, meus amigos vereadores e vereadoras, porque foi eu que apresentei o fim da história. Não é verdade, mas será uma possível justificativa. Se ingressarem na justiça e ganharem, serão os maiores e, se perderem, como perderam em 2017, a culpa também será minha. Não façam uma bobagem desse tamanho, vamos assumir cada um de nós as nossas responsabilidades. Não ingressar na justiça, o problema não é meu, ingressar e perder, o problema também não é meu. Aliás, já tem servidores me pedindo desculpas e agradecendo pela participação. Agora, há pouco tempo, hoje, o Ver. Jonas falou que os servidores vão receber pensão de 50%. Cinquenta por cento, Ver. Jonas, se não tivesse sido a minha participação porque conquistamos uma emenda de pensão de 60% mais 10% por dependentes. Sei que não é aquilo que sonhávamos, mas o que foi possível. A Ver.^a Bruna, amiga Bruna, fala que remuneração de 35 mil reais e remuneração de R\$ 6.400,00, a previdência vai ser de R\$ 531,00. E o Ver. Radde, amigo Ver. Leonel, disse que quem ganha mais paga menos e aumenta para quem ganha menos. Concordo que as calculadoras de vocês estão com algum problema, isso não procede. Fiz alguns cálculos: com o PLCL nº 002, quem ganhava R\$ 2.640,00 pagaria R\$ 138,00; sessenta pagarão agora nada; quem ganha R\$ 3.000,00 pagaria R\$ 228,00, vai pagar R\$ 50,40; quem ganha R\$ 4.000,00 pagaria R\$ 406,00, vai pagar R\$ 190,00. E assim quem fez todos os cálculos vai dar tempo para falar. Quem ganha R\$ 35.000,00, Ver.^a Bruna, pagaria pelo 18,40%, R\$ 6.441,00, e vai pagar R\$ 4.530,00, 12,94%. Portanto, com a subemenda nº 04, que aumenta para 2,4 salários-mínimos, eu tinha pedido três, não consegui, todos terão diminuição nas alíquotas. Que não ficou ideal, concordo, agora que melhorou bastante, sim, precisamos votar favoráveis. Aquele abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 018/20.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Presidente, colegas; venho aqui para fazer esta manifestação em defesa da nossa proposta de subemenda que deixa bem evidente que é necessário que a gente faça uma reavaliação, uma vez que o projeto

ataca aqueles que recebem menos, aqueles que já definitivamente estão pensando no serviço público, aqueles que em nenhum momento pararam de efetuar o trabalho essencial para este Município. A nossa proposta amplia para quatro salários, até quatro salários, essa isenção, para aqueles que definitivamente executam tarefas essenciais que não pararam até agora, que são os técnicos em enfermagem, são os trabalhadores do DMLU, são aqueles que estão na ponta e definitivamente são necessários para o desenvolvimento das funções neste Município. Olhar para isso é olhar com muita responsabilidade para um projeto que vem sendo tocado, atropelando tudo. Com todo o respeito aos colegas, com todo o respeito ao Ver. Ferronato, mas a gente precisa ampliar este debate. Quando nós propomos essa subemenda, fazendo essa, mais uma vez vou ressaltar aqui, ampliação para até quatro salários-mínimos, a gente está expondo aqui ao debate essa isenção, porque quem recebe até quatro salários-mínimos, quatro salário-mínimos aqui, no Município, já está sendo penalizado, está no *front* e já está sendo penalizado, não é crível que a gente negocie para menos do que isso. Acho que é dispor para a base do governo para que olhe esta subemenda e que a gente tenha ainda uma possibilidade de reduzir esse dano para esses funcionários do Município. A gente tem essa possibilidade real de fazer isso agora, é uma covardia o que está sendo executado, é uma covardia a gente penalizar quem está aí nas bases, nos cantos mais remotos desta cidade, quem está executando serviços essenciais para o funcionamento, não tem como negociar para menos do que isso. Nós encaminhamos, eu, enquanto bancada do PCdoB, encaminho dessa forma porque isso é o mínimo de responsabilidade que a gente pode ter com o funcionalismo deste Município. É o mínimo que a gente tem de responsabilidade, olhar para este momento, é até difícil quando fico vendo toda essa manifestação tão dura – não é Ver. Leonel Radde? –, porque isso definitivamente é uma covardia, é uma irresponsabilidade, e nós, enquanto vereadores deveríamos estar pautando e rebatendo outras questões, e não atacando quem executa e quem é fundamental para a cidade. É assim que encaminho, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 018/20.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; o governo, durante alguns momentos, dizia que faria um projeto defendendo a justiça social e fazendo com que os escalões mais altos dos servidores públicos pagassem mais. Evidentemente que nós somos contrários a essa reforma, globalmente falando, porque ela se apropria de um recurso, recurso dos aposentados, de modo indevido, de modo injusto. Os trabalhadores que contribuíram com a previdência estão recebendo o retorno dessa contribuição, então praticamente todos os trabalhadores são brutalmente atingidos. A emenda inclusive que a ver.^a Daiana acabou de defender aqui é muito melhor que a emenda que o Ver. Ferronato costurou com o governo, ela

prevê a isenção a partir de quatro salários e não a partir de 2,4. A Daiana sustentou muito bem que não é possível se apropriar dos recursos dos aposentados dessa forma, mas a demonstração de como o governo fez um discurso mentiroso nessa reforma da Previdência se expressa nos prejuízos que cada setor dos servidores públicos vai ter. Então, um trabalhador que ganha R\$ 3.300,00, salário dos aposentados, um aposentado que tem esse rendimento vai ter um prejuízo de R\$ 92,00. Uma apropriação indevida; o que recebe R\$ 4.400,00 vai ter um assalto, um achaque de R\$ 246,40. Mas vejam só, a partir dos R\$ 6.433,57, o prejuízo nominal é 8,22%, e o prejuízo é de R\$ 531,10 a partir dos R\$ 6.433,00. Pois bem, esse mesmo prejuízo, esse mesmo valor vai ter que pagar o aposentado que ganha R\$ 6.600,00, o aposentado que ganha R\$ 7.700,00, e vejam só como era mentiroso o discurso do governo que ia atacar de modo mais pesado os altos escalões dos servidores públicos, quem ganha R\$ 35.000,00 vai também pagar R\$ 531,00. Mas que justiça tem esse projeto que taxa um aposentado que ganha R\$ 6.433,00 com o mesmo valor que um aposentado que tem R\$ 35.000,00 de rendimento? Então isso é uma demonstração que o governo não estabeleceu nenhuma política de justiça verdadeira, fazendo com que tivesse alguma progressividade nessa proposta. Evidentemente que somos contra taxar os aposentados de modo geral, mas aqui se expressa bem claramente que o governo fez um acordo com os altos escalões dos servidores públicos em detrimento do setor mais massivo da categoria. Isso que o governo fez, isso que as associações fizeram, é isso que o Ver. Ferronato defendeu, defendeu um acordo por cima dos setores com salários mais altos e os de baixo que se ralem, para usar a expressão popular, porque foi o famoso 24º voto que garantiu que o conjunto dessa obra fosse aprovada, e a partir de agora os aposentados tenham que pagar depois de já terem contribuído a vida toda. Então, nós evidentemente que fomos contrários a este projeto, mas defendemos determinadas emendas, como a emenda do PCdoB que prevê que até quatro salários não haja incidência desse tipo de contribuição. Eu acho que é muito importante a gente ter claro o seguinte, esta Câmara de Vereadores aqui reflete uma relação de forças que, na sociedade, já está mudando. Então, aqueles que cantam e que ficam estufando o peito dizendo que são os vitoriosos; são os vitoriosos hoje, logo, logo essa política será derrotada e o serviço público terá a maioria política para ser defendido também na Câmara de Vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Registramos os cumprimentos pela passagem do aniversário do Ver. Pablo Melo. Felicidades! Parabéns! Em nome da Mesa e dos vereadores, o cumprimento efusivamente.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 018/20.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, vocês, que têm sofrido muito com a insegurança, na pandemia, a insegurança cresceu muito, muitos

marginais foram para as ruas assaltar, pegar o dinheiro fácil da população, enquanto o trabalhador se esforça a vida inteira para botar salários em cima da sua mesa na forma de comida, os ladrões vão para a rua para assaltar porque eles querem dinheiro fácil, dinheiro fácil, direção do Simpa. Na política, é a mesma coisa, na política, também existe o roubo de direitos, existe o jeito de pegar o dinheiro fácil que está ali no bolso do servidor, e mais fácil ainda, Ver^a. Reginete, está no bolso da aposentada, está no bolso da pensionista. Esse, sim, é o dinheiro fácil de surrupiar, pegar, levar para si, para o seu desejo individual, mesquinho, medíocre de não querer que os seus cargos de confiança, seus comissionados trabalhem. Virou uma baderna a Prefeitura, o prefeito não quer que ninguém trabalhe, mas precisa de dinheiro para política pública, vai no bolso da servidora, bota 14% nela, a pensionista que hoje está ganhando R\$ 4.400,00 vai ter que ajeitar o orçamento porque os vereadores do governo vão tirar R\$ 246,00 mensais para ir para o caixa da Prefeitura, não vai mais para o bolso dela, vai para o caixa da Prefeitura. A Prefeitura, que na sua história está no menor índice de investimento com RH, 41% apenas, a Prefeitura que deixa faltar professor em sala de aula porque não faz concurso, este governo não tem vergonha, veio aqui com dois contratos temporários, um de servidor de escola, outro de professores, eles não querem serviço público para a capital, eles querem entregar migalhas à população, eles não querem que o povo tenha saúde, eles não querem que o povo tenha o mínimo, seus direitos roubados, este é o projeto que está aqui. Encaminho em nome do PT porque tem gente que vem aqui dizer, falar mal do PT, mas quando o Lula esteve na presidência, foi mais de 120% de aumento no salário-mínimo, e vocês fazem o quê, os seus partidos agora? É não ter aumento, não ter aumento real no salário-mínimo, é matar à mingua o povo brasileiro. Por isso que vocês estão atolados até o pescoço com o bolsonarismo, atolado até o pescoço com o Leite governador e com o Melo, vocês estão sendo usados pelo Melo porque o Melo não vai levar essa conta. Vocês estão sendo usados pelo Sebastião Melo e de lambuja vocês vão levar as negativas do povo de Porto Alegre, porque vocês estão preocupados com o carpete da Câmara, vocês não estão preocupados com a mãe que vai buscar uma vaga em creche em déficit de cinco mil vagas, vocês não fazem concurso, vocês não remuneram os professores, vocês não pagam o que devem, e digo mais, vocês todos que estão aí com o voto do povo, vocês não estão honrando o voto desse povo, vocês não honram porque vocês estão entregues de bandeja para o Melo, vocês não votam com o povo, vocês votam contra e unicamente o povo. Isso é triste, eu fico um pouco consternado realmente, porque homens e mulheres públicos deveriam honrar os seus compromissos de campanha, nenhum de vocês foi para a rua dizer que arrancaria direitos dos trabalhadores, todos foram para lá dizer que construiriam um momento diferente daquele que eles viviam com o Marchezan. Vocês estão todos no barquinho do Melo e, quando o barquinho do Melo começar a afundar, vocês sairão, assim como aqueles que estão saindo do barquinho do Bolsonaro. É assim que é a política velha, a política antiga é trabalhada, é a política do toma lá dá cá. Sabe por que os servidores hoje vão perder direitos aqui? Porque os servidores não doam dinheiro para as campanhas de vocês, porque os

servidores não estão com vocês, os servidores estão com o povo, os servidores vão continuar entregando educação, entregando saneamento, limpeza urbana, eles continuarão de pé, eles continuarão honrando o seu dever de servidor público, a Câmara de Vereadores não, a Câmara de Vereadores grita, se agita, quando a verdade vem, eles ficam em polvorosa, eles se indignam, querem calar este microfone. Não calarão a voz dos trabalhadores, nós votaremos contrários a esse escândalo, essa vergonha, esse confisco. Hoje, o Melo está criando, na prática, o imposto sobre aposentadoria, essa é a marca na paleta do Melo e do seu governo para poder fazer o seu balcão de negócios na Prefeitura com o grande empresariado, quadra histórica vergonhosa que Porto Alegre vive. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Presidente, uma consulta, não sei se posso. Como está sendo feita a apreciação das emendas? Serão votadas em conjunto, ou uma a uma?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Os encaminhamentos são ao projeto e às emendas e subemendas, em conjunto. Estas serão votadas uma a uma.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): E vai haver discussão das emendas, ou não?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está havendo já. Já estamos encaminhando.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Está bem.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 018/20.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Uma mentira contada mil vezes vira verdade, já foi dito na história. Então, vamos começar: o Ver. Jonas disse que o salário-mínimo, no governo Lula, era não sei quantos mil; o salário-mínimo do governo Lula: R\$ 300,00, em 2005; em 2006, R\$ 350,00; 2007, R\$ 380,00. E aí o que aconteceu? O governo Lula criou o salário referência, que é o que ganha o aposentado, é o que ganha a mãe do meu filho com deficiência, é o que ganha o trabalhador que está encostado. Aí, o salário-mínimo, em 2007, era R\$ 380,00, e o referência, R\$ 225,00, existe até hoje o salário-mínimo referência do governo Lula. Segundo, para os moleques que acham que chegaram hoje e sabem o que é a luta sindical: onde vocês estavam em 1979, quando, nesta cidade, se fez a maior greve deste País e que esta cidade já viu? Onde vocês estavam? Estavam pensando em nascer, pensando em nascer. Então, vamos

começar: as maravilhas do governo Lula: 40 horas semanais, não reduziu um segundo. E o que vocês estão fazendo aqui é que nos levou a não ter redução na jornada de trabalho, porque sindicalista que sabe o que é a realidade tinha uma proposta de reduzir 30 minutos por ano na jornada de trabalho, em quatro anos, já estaríamos avançando bastante na redução da jornada de trabalho e teríamos conquistado a redução da jornada de trabalho, mas dos piores, melhores. Eu vou dar outro exemplo, sabiam que a reforma da Previdência ia passar, mas foram tão incompetentes e demagogos que não melhoraram, não aprovaram nenhuma emenda, principalmente as do Ferronato que melhoravam o projeto, votaram contra todas. Então é a terra do mundo arrasado, quanto pior, melhor. É como agora, vocês defendem os municipais de Porto Alegre? Defendem? Então quero ver vocês votarem na minha emenda. A minha emenda diz que a pensionista que tiver um filho deficiente vai receber a integralidade do seu salário, não 60%, e a minha emenda diz que aquele dependente que ficar com aquela pensão, se for uma pessoa com deficiência, irá receber 100%. Isso é melhorar o projeto quando sabe que não vai ganhar, como queríamos no governo Lula participação nos lucros e resultados, isso quem conquistou foi o movimento sindical individualmente, não são todos os trabalhadores que têm. A tabela do Imposto de Renda nunca foi corrigida, tabela do Fundo de Garantia, correção do Fundo de Garantia nunca teve, as convenções nºs 151 e 158 da OIT nunca implementaram no Brasil, a questão da terceirização, tínhamos três projetos de terceirização. Não pode um trabalhador terceirizado comer embaixo de uma árvore enquanto o trabalhador contratado come no refeitório, não pode o trabalhador terceirizado trocar a sua roupa dentro de um carro, dentro de um ônibus, enquanto o trabalhador contratado tem o seu vestiário, o seu banheiro. Essas coisas nós queríamos discutir na terceirização, houve? Não houve. E vamos mais longe, estabilidade das gestantes, normas reguladoras, uma série de coisas que se avançou na luta. Vou dar o último exemplo aqui para depois entrar no projeto: teletrabalho. Vários sindicatos já têm regulamentado teletrabalho, se a empresa deu um celular, se deu um *tablet* não pode contar as horas quando liga a máquina, regulamentado. Se preocuparam com isso, teve sindicato que, no ano passado, a maioria das atividades não tinha segurança de funcionários, conseguiram no mínimo repor a inflação. Sabe por que tudo isso? Porque as pessoas não têm a famosa estabilidade no emprego. Então, as pessoas vão fazer o seu salário, vão lutar para aumentar o auxílio creche, vão lutar para aumentar o triênio, o anuênio, vão lutar para aumentar um monte de coisas. E aí tem questões práticas da vida do trabalhador, hoje se chega em qualquer final de linha de ônibus e tem banheiro para os rodoviários, lei desta Casa, lei que nós aprovamos nesta Casa que mudou, dos rodoviários. Nós temos várias leis aqui que ajudaram os trabalhadores, postos de saúde abertos, as creches, as escolas em tempo integral, várias leis que ajudaram os trabalhadores. Então, por favor, não venham para cá me contar que trabalhar para quem está com dinheiro certo no final do mês é fácil, quero ver trabalhar para quem sai de casa todo o dia de manhã pensando, como uma mãe de um autista pensa se seu filho vai estar vivo, se ela vai estar viva no outro dia; nós saímos de casa para trabalhar querendo saber se o nosso emprego vai estar funcionando, se a nossa

empresa vai estar funcionando, se o nosso canteiro de obras vai ter atividade, todo o dia se sai de casa pensando nisso. Essa é a realidade do trabalhador brasileiro que troca a estabilidade no trabalho que os senhores têm por todos esses penduricalhos que não botam comida e nem dão tranquilidade na nossa mesa, nem dão tranquilidade aos nossos familiares. Temos várias emendas que corrigem o projeto. Por favor! Não radicalizem como foi no PELO onde podiam ter melhorado a vida dos municipais de Porto Alegre como agora. Votem as emendas que vai passar o projeto, melhorem o projeto, aprendam. O diabo não é o diabo porque ele é malvado, o diabo é o diabo porque ele é bem mais velho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 018/20.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; telespectadores da TVCâmara. Contra a palavra dada, flecha dada e tiro dado, não voltarás, vou repetir: contra a palavra dada, flecha lançada e tiro dado, não voltarás. É um ditado. Nós fizemos um acordo na Prefeitura com as entidades. Todas as entidades foram convidadas a participar, conversar, negociar, isso foi feito lá. Eu mesmo, durante muitos anos, fiquei nas entidades de classe de segurança pública, pedi à Prefeitura, ao Poder Executivo municipal que tivesse sensibilidade na hora de apresentar o projeto, e negociamos e conversamos, chegamos ao máximo onde podíamos, e se consegui atenuar as dificuldades dessa reforma da Previdência, reforma essa que aconteceu na União, no Estado e agora nos Municípios. Primeiramente, quero parabenizar quem é servidor público da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, não é fácil ser servidor público, passa no exame intelectual, físico, médico, psicotécnico, curso de formação, investigação social funcional, entrega de documentos, tem muita responsabilidade, coloca o próprio patrimônio à disposição do poder público no Tribunal de Contas, com as corregedorias, com o Ministério Público, quem passou num concurso público é porque merece, e isso certamente causa inveja em muitas pessoas, inveja de quem é servidor público, isso é uma coisa. Mas não podemos confundir o merecimento de quem é servidor público e fez concurso público com as reformas necessárias que o nosso País precisa e está passando neste momento. Eu, como servidor público, tive postergado em quase dez anos a minha aposentadoria, a minha expectativa de direito mudou porque o mundo mudou, as pessoas vivem mais, e se tem uma coisa que não falta na Prefeitura de Porto Alegre é diálogo. Eu vejo os 36 vereadores seguidamente conversando em comissões, fazendo reuniões, Zoom, aplicativo, planilha, cronograma, fluxograma, organograma, o que não falta é debate, é conversa, e todo mundo foi chamado para conversar, para negociar. Acho que sempre há espaço para se dialogar, esse é o processo natural. Quero dizer aos servidores públicos do Município, dou a minha palavra, o meu compromisso, que pretendo ajudar, sim, os servidores

públicos do nosso Município. Um serviço público de qualidade passa pela valorização dos servidores públicos, isso é fato. Mas nós precisamos das reformas. Então, se neste momento a gente pode divergir em alguma questão, a gente pode convergir lá na frente. Nós temos que encantar as pessoas, conversar, trazer elementos, argumentos. Quero deixar este recado aqui registrado aos meus colegas vereadores e para os telespectadores da TVCâmara. Não menos importante, quero trazer aqui uma questão de extrema relevância, que é o comportamento do Ver. Jonas. O Ver. Jonas é a cara do PT, ele que defende as bandeiras do ex-presidente Lula, ele por anos, PT, Lula, vermelho, é o representante clássico da esquerda, e nós confrontamos as ideias aqui praticamente todos os dias. Então o Ver. Jonas que representa o PT, o ex-presidente Lula e a esquerda, traz aqui um subterfugio e mecanismos nebulosos, pensando ludibriar os seus colegas, trazendo números irreais, botando para sonhar, porque precisa do apoio dos colegas para se reeleger ou alçar novos rumos na próxima eleição, mas eu acho desleal o seu comportamento por muitas vezes. Eu sei que ele é um lutador, defende as bandeiras do PT, do Lula, só que ele passa do ponto. Também quero fazer um outro registro para os colegas, quando forem falar no microfone, a gente sai daqui e se passa o álcool gel, só que tem colegas botando máscara e parece que tem uma batata na boca, não dá para entender nada, ficam gritando ali embaixo. Pessoal, vamos ter tranquilidade para falar, calma, dá para tirar a máscara, a gente passa o álcool aqui, porque o pessoal que está em casa não consegue entender muitas vezes quando os vereadores vêm falar aqui, só ficam gritando, fazendo uns ruídos estranhos. Então, vamos falar com tranquilidade, vamos tirar a máscara para falar porque as pessoas em casa querem participar do debate. Um abraço a todos, fiquem com Deus e vamos votar de uma vez este projeto importante para a cidade que hoje nós não temos hora para terminar o nosso trabalho aqui porque Porto Alegre não pode parar. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 018/20. (Pausa.) Um momento, Vereador, o Ver. Jonas já encaminhou.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Posso encaminhar pela oposição.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Os vereadores Pedro Ruas e Roberto Robaina já encaminharam. O senhor se recorda se assinou junto, como autor, a Emenda nº 06 das vereadoras Bruna e Daiana? Além da emenda do Ver. Roberto Robaina, o senhor se recorda de ter assinado alguma outra emenda? Se o senhor não for autor, o PT já encaminhou. Conforme informação do diretor legislativo, não assinou a emenda das vereadoras Daiana e Bruna.

(Aparte antirregimental do Ver. Aldacir Oliboni.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não, infelizmente não. Ver. Claudio Janta.

Vereador Claudio Janta (SD): Nós estamos instituindo aqui um novo critério. O critério é encaminhar as emendas e o projeto, cada bancada. Não tem emenda que eu assinei, que eu não assinei. As emendas não estão destacadas. É tudo junto. Nós estamos encaminhando um novo critério, então, pelo amor de Deus. É claro o Regimento; quando não tem destaque, encaminha o projeto e as emendas. Não existe autor ou não autor.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Exato, vereador, encaminha o projeto e as emendas. Se o vereador for autor da emenda, ele encaminha como autor.

Vereador Claudio Janta (SD): Não, as bancadas, só as destacadas. Não está destacada, é o projeto todo e por bancada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não

Vereador Claudio Janta (SD): Sim, senhor.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem, está encaminhado, mas não é o caso, igual. Não havendo mais vereadores inscritos para encaminhar, coloco em votação. Peço ao diretor legislativo que comande a votação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 03 ao PLCE nº 018/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 31 votos **SIM** e 03 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovada a Emenda nº 03 ao PLCE nº 018/20

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 ao PLCE nº 018/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 31 votos **SIM** e 03 votos **NÃO**.

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Declaro aprovada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 ao PLCE nº 018/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 04 ao PLCE nº 018/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 23 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Declaro aprovada a Emenda nº 04 ao PLCE nº 018/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Subemenda nº 02 à Emenda nº 04 ao PLCE nº 018/20. (Pausa.)

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Um esclarecimento sobre essa emenda. Ela só corrige porque o governo fez uma proposta de legislação em cima de uma lei que não existia, e aí ela está corrigindo, votando a lei que existe. É isso? Só para entender, porque eu justamente tinha feito a minha emenda e o Ver. Janta havia me criticado, mas parece que foi um erro governo, e vocês estão corrigindo o erro do governo. Nós vamos votar a favor, evidentemente, se for isso.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Robaina, a interpretação do texto é de cada vereador.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O senhor ia dizer isso, já está falado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Um momento, por favor, para atualizarmos a folha de votações. Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 34 votos **SIM**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Declaro aprovada a Subemenda nº 02 à Emenda nº 04 ao PLCE nº 018/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Subemenda nº 04 à Emenda nº 04 ao PLCE nº 018/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 34 votos **SIM**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Declaro aprovada a Subemenda nº 04 à Emenda nº 04 ao PLCE nº 018/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Subemenda nº 05 à Emenda nº 04 ao

PLCE nº 018/20. Registramos que, se a Subemenda nº 05 à Emenda nº 04 ao PLCE nº 018/20 for aprovada, fica prejudicada a Subemenda nº 06, de autoria da Ver.^a Bruna Rodrigues e da Ver.^a Daiana Santos, porque ambas tratam da faixa isenta de contribuição dos inativos. (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 22 votos **SIM** e 13 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Declaro aprovada a Subemenda nº 05 à Emenda nº 04 ao PLCE nº 018/20. Fica prejudicada a Subemenda nº 06 à Emenda nº 04.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Declaração de voto. Eu voto “sim”, vou ler uma declaração de voto, que é rápida. Primeiro, porque não é verdade que, pelas emendas apresentadas quem ganha até R\$ 6 mil e quem ganha R\$ 35 mil pagariam os mesmos R\$ 531,00. Na verdade, quem ganha R\$ 35 mil vai pagar R\$ 4.530. Quanto à Subemenda nº 06, que propõe a isenção de quatro salários-mínimos, é igual à Subemenda nº 04 que apresentei e retirei, para não prejudicar aquele acordo da nossa emenda, com 2,4%, estamos votando agora. Aprovada a Emenda nº 06 à Subemenda nº 04 ao PLCE nº 018/20, ficaria prejudicada a Emenda nº 04 e o governo deveria ou poderia vetar essa emenda e prejudicaria todo o processo de isenção porque nós não temos votos suficientes para derrubar o veto. Por isso, voto “sim” na Subemenda nº 04.

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB): Declaração de voto. Eu quero registrar o nosso voto contrário porque nós acreditamos que essa emenda lesa ainda mais o trabalhador, portanto nós acreditamos que a Emenda nº 04 acabava fazendo com que o impacto do projeto fosse menos intenso e prejudicasse menos a vida das pessoas. Então eu acho importante fazer o registro da bancada do PCdoB, do voto contrário à emenda.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 06 ao PLCE nº 018/20. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 24 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Declaro aprovada a Emenda nº 06 ao PLCE nº 018/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLCE nº 018/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Declaro aprovado o PLCE nº 018/20.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, conforme ordem a seguir: PLCE nº 004/21, PLCE nº 006/21, o PLL nº 320/17, o PLL nº 108/20, o PLE nº 004/20, o PLL nº 035/21, o PLL nº 190/19, o PLL nº 215/19, o PLL nº 078/17, o PLL nº 049/21, o PLCL nº 001/21, o PLL nº 137/21, o PLL nº 145/21, o PLL nº 149/21, o Requerimento nº 194/21 e o Requerimento nº 195/21. Após retornarmos à ordem normal.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, esse requerimento é intempestivo, irresponsável, não contribui para a discussão aqui na Câmara. Nós temos uma ordem estabelecida pelas lideranças da Casa, nós já temos uma ordem. É lamentável que o Ver. Mauro Pinheiro vá fazer um requerimento e coloque projetos de lei só dos vereadores da base do governo, inclusive nós propusemos a fazer aqui uma votação em bloco das moções. Nós queríamos votar conforme foi deliberado entre as lideranças. É o maior desrespeito aqui esse requerimento. Eu peço que retire ou que suspenda a sessão neste momento para nós conversarmos, porque é lamentável um requerimento de tamanha ousadia, tamanha irresponsabilidade. Imaginar que hoje é a última ou penúltima sessão, os projetos que estão aqui preparados para serem votados, ele faz um requerimento intempestivo e irresponsável.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o seu registro, Ver. Aldacir Oliboni, mas se trata de um requerimento regimental, então, colocarei em votação. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, cada vez mais, fica desmoralizada a reunião de líderes, em que estava hoje pela manhã o Ver. Mauro Pinheiro. Ele estava presente. Ele fez intervenções, como é que apresenta um requerimento desses excluindo os projetos da oposição? É o fim do mundo.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Isso não é questão de ordem, Presidente, ele está encaminhando, não é questão de ordem.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): É uma questão de ordem, sim, senhor. Como não é? Nós tivemos reunião de líderes hoje!

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Vereador, com todo o respeito, o senhor está encaminhando o mérito.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhores, vamos nos organizar aqui. Ver. Pedro Ruas, eu o entendo, o senhor fez o seu registro. O Ver. Felipe Camozzato também quer usar a palavra? Não. Então, senhores e senhoras, os registros

foram feitos, mas se trata de um requerimento regimental; portanto, eu tenho como obrigação, presidindo os trabalhos, de colocá-lo em votação.

Em votação o requerimento do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, Mônica Leal, vereadoras, vereadores, nós procuramos, todo o tempo, o distensionamento das relações no plenário, todo o tempo. Hoje foi uma reunião muito produtiva do colégio de líderes, que merece destaque especial o trabalho do vereador líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, e agora estamos sendo atropelados por essa verdadeira provocação. É claro que o Ver. Mauro Pinheiro sabe que tem a maioria para qualquer loucura que apresentar aqui. Mas é um desrespeito, desnecessário, Ver. Mauro Pinheiro, não combina com a sua biografia, é um acinte isso, um absurdo! É pegar e tentar esmagar as pessoas. Não reclame, vereador, de nada depois, não reclame porque seria constrangedor. Vossa Excelência está querendo tirar o nosso direito de sermos vereadores, nós não podemos sequer votar os nossos projetos. Além de termos de aceitar todos os do governo, nós não podemos votar os nossos! Nós temos moções de apoio, é só isso, vereador. Quer dizer que a sua crueldade é tamanha, a sua sede de vingança da oposição é tamanha que nem isso é possível? A sua saída do PT criou a V. Exa. um problema sério de relacionamento com a esquerda, ao nível de não querer sequer que posamos votar os nossos projetos, vereador! Vossa Excelência tem uma maioria que é eventual, o tempo passa, as coisas se modificam. Vossa Excelência vem num caminho de diminuição de votação, em breve tempo, eu espero, não será mais vereador nesta Casa; espero mesmo. Eu não esperava antes disso, eu tinha muita consideração por Vossa Excelência, e Vossa Excelência sabe disso, a via da legalidade, tudo isso. Mas apresentar agora a exclusão dos vereadores da oposição no semestre inteiro? Hoje é a última sessão. Nós não podemos tolerar que isso aconteça, é um acinte. Eu peço que alguém da Casa, o líder do governo ou Presidente da Casa, que têm bom senso, não permitam isso. Isso é uma violência sem sentido, desnecessária. Mal coleguismo, uma forma de achincalhar as relações na Câmara, que estavam com tudo para melhorar hoje pela manhã e foi bem cumprido à tarde, até então; é inacreditável. É óbvio que vou encaminhar contrariamente, mas isso só não basta, é importante que isso não seja votado, Presidente. Faço um apelo nesse sentido. É uma circunstância constrangedora para nós não podermos votar os nossos projetos. A proposta é essa? De os vereadores da oposição não votarem os seus projetos? Mas será que os demais vereadores não pensam nisso? Defender o governo é uma coisa; isso aqui é outra. Nós não vamos deixar assim, Presidente! Isso não pode acontecer. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a prorrogação da sessão, por até duas horas.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento de prorrogação da sessão por mais duas horas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadoras, vereadores, eu confesso que não me surpreende que tenha sido feito esse requerimento. Concordo com o que o Ver. Pedro Ruas falava, mas eu realmente não me surpreendo, que o Ver. Mauro Pinheiro faça uma proposta que só trate de valorizar os projetos daqueles que são base do governo é quase que da natureza da política dessa base de sustentação do governo Melo aqui na Câmara de Vereadores. Nós estamos vendo que essa é a metodologia. Na Câmara de Vereadores, o que está dominando o governo Melo, é uma política da extrema direita, da direita mais... Eles estão um pouco em crise, do ponto de vista ideológico, porque a gente está vendo que o bolsonarismo está em crise, então o governo Melo estabeleceu uma base parlamentar de unidade do que é o centrão no Brasil, junto com o bolsonarismo, e, nacionalmente, esse projeto está com muita crise já. Mas aqui na Prefeitura, na Câmara, eles não estão com essa crise, até por que tem uma farta distribuição de cargos de confiança que facilita que eles tenham esse nível de sustentação. O que é preciso ser dito igual, é que aqueles que exercem uma maioria atropelando o processo democrático estão sinalizando o tipo de relação política eles querem estabelecer. E quem é maioria hoje, não se esqueça, pode ser minoria amanhã. Então, o que essa base de sustentação do governo está fazendo é simplesmente essa política de confronto; e política de confronto, eu quero dizer para vocês, eu sei fazer também. A política de confronto que eu mais sei fazer é a extraparlamentar, porque a política de confronto aqui é dada por uma relação de forças que foi estabelecida na eleição, mesmo que, depois da eleição, a relação de forças da sociedade já tenha se alterado. A Câmara de Vereadores não altera a sua relação de forças depois de um processo eleitoral, ela congela a relação de forças. Mas essa relação de forças entre as classes sociais, entre os partidos políticos e entre as lideranças muda. E nós estamos vendo que tipo de sinalização que essa base de sustentação do governo está dando, que é de confronto. Então, é muito importante isso para que não se tenha ilusão de aqui é o lugar do consenso e do diálogo, esta Casa não é lugar de consenso e diálogo; esta Casa é também o lugar do enfrentamento entre as classes, entre os partidos, entre os setores sociais, e nós estamos dispostos a fazer esse enfrentamento. Se hoje nós estamos perdendo, amanhã nós vamos ganhar. E sabem por que nós vamos ganhar amanhã? Porque nós correspondemos aos interesses mais profundos da classe trabalhadora e do povo pobre, enquanto que a maioria circunstancial desta Câmara de Vereadores é defensora dos grandes capitalistas, de partidos políticos que ficaram enterrados em esquemas de corrupção ao longo da sua história e, por isso, perderam força ao longo da história brasileira. Então, a proposta do Ver. Mauro Pinheiro é só uma proposta técnica para estabelecer um tipo de jogo em que só os vereadores da base do governo ganham.

Não vai ser assim! Podem ganhar hoje, mas não vão ganhar sempre, e nós vamos manter viva a ideia de uma luta pesada contra esse tipo de prática política. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Presidente senhoras e senhores vereador; senhoras e senhores, compreendi e aprendi que aqui na Câmara e em todos locais, essencialmente aqui na Câmara, precisamos conviver harmonicamente: a situação, a oposição e os independentes - porque é aqui que se representa a sociedade no seu todo. Eu quero pedir ao amigo Ver. Mauro Pinheiro – porque, se não, voto contra – que retire esse requerimento que, na verdade, acredito que até é inconstitucional ou, no mínimo, ilegal. Vereadores de situação e de oposição e inclusive independentes têm o direito, senão, até o dever, de apresentar os seus projetos, e nós temos o direito e essencialmente o dever de votar sobre todos eles. Não é possível que se elimine, que se retire de uma parte – quase 33% dos vereadores – a possibilidade mínima de votar, aprovar ou rejeitar os seus projetos. Ver. Mauro Pinheiro, retire esse requerimento porque ele não faz bem para a Câmara de Vereadores de Porto Alegre e para nós, os 36 vereadores – é isso! Caso contrário, se permanecer o requerimento, vou votar contra. Abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sr. Presidente, vereadoras e vereadores, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde, eu confesso aos senhores e senhoras vereadoras e vereadores, que, em algum momento aqui no plenário, eu tinha uma certa dúvida de quem comandava o governo Melo, de quem liderava no plenário as atribuições do governo Melo, hoje se confirma: a política bolsonarista prevalece e comanda o plenário, articulada pelo NOVO, pela vice-líder do governo e pelo Ver. Mauro Pinheiro. Tu estás junto, Bobadra? Pois, então. O governo Melo perdeu o controle de plenário. Onde está o MDB? Onde está o DEM? Estão todos juntos com a política bolsonarista? É, está claro isso. Nós temos uma ordem do dia estabelecida pelas

lideranças que inclusive depois desse projeto que ora já foi votado, o próximo projeto é o dos estagiários, que o NOVO é contra, que a Mesa Diretora pediu para votar hoje. Pois eles tiveram a ousadia de tirar esse projeto de lei. Depois, vinha um outro do governo, que a vice-líder empurrou goela abaixo aqui na sessão anterior. Depois vem projeto deste vereador, vem de outro vereador da oposição. Todos os da oposição, inclusive a moção de solidariedade à nossa querida Manuela d'Ávila eles tiraram, porque vão votar contra. Digam-me um projeto de lei, uma moção, uma iniciativa que, nesse requerimento feito pelo Ver. Mauro Pinheiro, entrou? É um jogo baixo, irresponsável e inconsequente. E o governo fica quieto; quietinho. Eu faço um apelo, em nome da oposição – se me permite aqui o nobre líder Ver. Pedro Ruas, que acabou de registrar recentemente a tamanha manobra feita no plenário. Nós agora queremos votar conforme está preestabelecida a ordem do dia, e nós vamos destacar todas as emendas, vamos ficar aqui a noite toda, e amanhã o dia todo. Mas, por falta de sensibilidade de base do governo, articulada com o NOVO e com o Ver. Mauro Pinheiro, nós vamos ficar aqui, porque o que nos dá orgulho é vir aqui defender a população contra esses golpes baixos, feitos no plenário e no governo, que retiram diretos conquistados ao longo de década, como aconteceu com o funcionalismo. E agora, em seguida, vai acontecer no transporte público, em que o próprio governo quer privatizar até a Carris. É uma tamanha ousadia da ganância da privatização para entregar o que é público ao privado. E eu não tinha visto algo igual como esse como isso! No governo Marchezan, eles mesmos criticavam tamanha ousadia e irresponsabilidade; e agora eles fazem mais do que isso. Onde nós estamos? Nós somos oposição, mas temos o direito de dar satisfação ao nosso eleitor. Ou V. Exas. acham que nós não temos o direito de ter iniciativa? Votem contra então, mas nós queremos votar. Aqui tudo que é da oposição agora parece que é impossível votar a favor. Dou uma ligada, converso com o prefeito e percebo que é outro papo. O prefeito foi vereador, mas a base dele aqui é tão radical quanto, nem vou dizer a palavra. É lamentável isso. Presidente, eu gostaria que V. Exa. mantivesse a prioridade da Mesa de votar aqui o projeto dos estagiários, e se restabelecesse com a retirada – o Ver. Airto Ferronato tem razão –, que o Ver. Mauro Pinheiro retire o seu requerimento e gente continue a votar o que já foi estabelecido na reunião do colégio de líderes, no acordo de votação dos projetos, que estão em pauta e na ordem do dia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Presidente, quero só trazer uma informação de utilidade pública aos colegas vereadores, ao Presidente e aos telespectadores da TVCâmara. Eu acho importante quando a gente tem apreço por

alguém, e nós temos que nos tratar sempre com urbanidade, carinho, respeito. Claro que nós temos nossas divergências ideológicas, mas o que eu quero trazer à baila para vocês é um assunto muito importante. Nesta madrugada, o nosso comandante maior, o nosso Presidente da República, o nosso líder Jair Messias Bolsonaro, o homem que está mudando o Brasil contra tudo e contra todos, ele que colocou o ministério técnico, ele que está salvando a nossa nação, passou mal, está fazendo exames. Então, peço a vocês que reflitam, que pensem, que coloquem o nosso Presidente Bolsonaro nas suas orações. Vamos rezar pelo nosso comandante. Infelizmente nós estamos vivendo tempos de ódio, de divergência, de radicalismo, isso não é bom para nenhum de nós. Vamos pensar nas pessoas com carinho, com técnica, com conversa, com diálogo. Esse é o meu entendimento aqui. Então, vamos colocar o nosso Presidente Jair Bolsonaro nas nossas orações. E uma pergunta importante que não quer calar, pessoal: quem mandou matar Jair Messias Bolsonaro? Uma semana antes de o Presidente quase foi assassinado em Minas Gerais, ele estava em Porto Alegre no aeroporto, e eu o carreguei nos meus ombros do aeroporto até o trio elétrico. E, uma semana depois, ele foi fazer a mesma coisa em Minas Gerais e um homem, chamado Adélio, o qual não teve o seu sigilo telefônico quebrado ainda, enfiou uma faca no peito dele, tentou atingir o coração e até hoje não teve o seu sigilo telefônico quebrado. A pergunta que não quer calar: a que partido político ele era filiado? A que interesses ele estava a serviço? Ele que, durante diversos momentos, viajou o Brasil todo atrás do Presidente e dos seus familiares. Quero que fique registrado aqui, meus colegas vereadores, Presidente e telespectadores da TVCâmara: quem mandou matar Jair Messias Bolsonaro? Vamos orar pelo nosso Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Questão de Ordem, Vereador Leonel Radde?

Vereador Leonel Radde (PT): Sim, questão de ordem. Primeiro eu não sei o que tem a ver esse encaminhamento com o que foi falado, mas se a pergunta é sobre quem mandou matar o Bolsonaro eu pergunto quem...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador, isso não é questão de ordem, o senhor não me leve a mal. Em não havendo mais inscritos para encaminhar, coloco em votação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Aírto Ferronato, o requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. Peço então que o diretor nos dê conta do primeiro projeto sugerido para a inversão da pauta. Ver. Aldacir Oliboni, questão de ordem?

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Faço um requerimento, mantendo o primeiro projeto - que é a vontade do governo -, do Refis, e, depois, restabelecendo o que acordamos no colégio de líderes e que está na Ordem Dia. Portanto, é um novo requerimento, e inscrevo-me para encaminhá-lo.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador, a ordem que foi aprovada agora, não pode ser alterada; ela pode ser reestabelecida a partir do fim da ordem que foi aprovada pelo plenário. É a informação da Diretoria Legislativa; ao final da ordem aprovada, volta-se à ordem normal. Deseja fazer uma questão de ordem, Ver. Cecchim?

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Não, é uma colaboração e uma garantia. Conversei, há pouco, com o líder da oposição, o Ver. Pedro Ruas, e garanti a ele que eu ficaria e vou fazer força para que todos fiquem para votar as moções que são da oposição, todas elas. É uma garantia que quero dar aqui.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Se me permite, não são só as moções, nós temos o projeto de lei da cultura, o do plebiscito....

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador, o plenário é soberano, o plenário votou, e a ordem que se respeitará é a do encaminhamento. Após essa ordem, volta-se à ordem normal daqueles que não foram incorporados no requerimento de inversão da ordem do dia. Essa é a orientação da Diretoria Legislativa, seguiremos em frente nos trabalhos, e a nossa expectativa é a de cumprir e limpar a pauta até amanhã.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Fica estabelecida a nova ordem, conforme sugestão do Ver. Mauro Pinheiro, e, na sequência, retornamos na ordem, conforme acordado no colégio de líderes e por deliberação do plenário. Esse é o encaminhamento da Mesa.

Solicito que o diretor legislativo proceda à verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu queria o fundamento regimental para a negativa ao requerimento do Ver. Oliboni. Como o plenário é soberano, e esse é o argumento permanente, o requerimento do Ver. Oliboni precisa ser votado, apreciado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito que a Diretoria Legislativa providencie, por gentileza, a fundamentação que não deu guarida ao requerimento do Ver. Oliboni.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Na verdade, a Casa delibera apenas uma vez sobre determinada matéria, naquela oportunidade. No momento em que o plenário escolheu determinada votação, não há como apreciar requerimento que tente alterar essa mesma ordem que já foi aprovada pelo plenário. Essa é a orientação, Presidente.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): O artigo regimental, por favor.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O diretor já vai trazer a questão regimental.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): O requerimento do Ver. Oliboni poderia ser apreciado como qualquer outro, porque é o plenário que é soberano.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador, agradeço a sua questão de ordem, e ela será esclarecida formalmente. No momento, nós estaremos procedendo, conforme requerido, à verificação de quórum. Ao final, o nosso diretor vai trazer a questão formal.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Como os autores do requerimento, depois de já estar sendo discutido, vieram me procurar para reestabelecer uma nova ordem, eu pergunto à Mesa Diretora o seguinte: nesse período de estar discutindo esse próximo projeto de lei, que é o do Refis, em acordo com o governo, nós podemos estabelecer uma nova ordem?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vamos analisar.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Presidente Márcio, eu só quero fazer uma consideração. Nós estávamos dispostos, antes de apresentar esse requerimento, a fazer um grande acordo com os partidos de oposição, o PT, o PSOL e PCdoB, e continuamos dispostos a fazer um acordo. Proponho ao Ver. Oliboni, que aqui está liderando, pelo que vejo, a oposição junto com o Ver. Pedro Ruas – e eu olho sempre para cima, para ver o Ver. Pedro Ruas, mas acho que ele não me enxerga de lá, meu amigo Ver. Pedro Ruas -, o que eu proponho é que nós iniciemos a votação e, enquanto isso, o Ver.

Oliboni pelo PT, e os vereadores Pedro Ruas ou Robaina, pelo PSOL, ou um vereador do PCdoB façam uma proposta, para que a gente possa encurtar a sessão e votar todos os projetos que estão no espelho.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Nosso compromisso é de votar todos, é limpar a pauta, então, a ordem dos fatores não altera o produto. Por gentileza, peço ao diretor que proceda a verificação de quórum. O Ver. Aldacir Oliboni retira o requerimento de verificação de quórum? (Pausa.) Retira. Peço ao diretor que apregoe o primeiro projeto a ser apreciado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Apregoa o PLCE nº 004/21.)

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0386/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 004/21, que institui o Programa de Recuperação Fiscal – Recupera POA. (SEI 118.00119/2021-99)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e das Emendas nºs 01 e 02 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e Emendas nºs 01 e 02.

Observações:

- com Emenda nº 01, dos Vers. Mauro Pinheiro e Ramiro Rosário;
- com Emenda nº 02, do Ver. Cassiá Carpes;
- com Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, do Ver. Cassiá Carpes e da Ver^aMônica Leal (líder da Bancada do PP);
- com Emenda nº 03, do Ver. Idenir Cecchim (líder da Bancada do MDB);
- com Emenda nº 04, dos Vers. Roberto Robaina (líder da Bancada do PSOL), Matheus Gomes e Pedro Ruas e das Ver^{as} Reginete Bispo e Karen Santos;
- com Emendas nºs 05 e 06, do Ver. Aldacir Oliboni (líder da Bancada do PT);
- com Emenda nº 07, dos Vers. Roberto Robaina (líder da Bancada do PSOL), Matheus Gomes e Pedro Ruas e da Ver^a Karen Santos;
- com Emenda nº 08, da Ver^a Bruna Rodrigues (líder da Bancada do PC do B) e do Ver. Matheus Gomes;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 17-05-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCE nº 004/21. (Pausa.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB) (Requerimento): Acredito que, para começar a discussão, nós precisamos saber, pois não tive a oportunidade de ler ainda, o teor de cada emenda.

VEREADORA BRUNA (PCdoB) (Requerimento): Gostaria de destacar todas as emendas que não estão destacadas.

Vereadora Reginete Bispo (PT): Vou pedir que a Mesa, se puder, que leia as emendas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sim, nós vamos ler uma por uma. Estão todas as emendas destacadas, a pedido da Ver.^a Bruna. A pedido do Ver. Ferronato e da Ver.^a Bruna, vamos proceder à leitura de todas as emendas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Peço apenas para aguardamos um pouco, pois estamos reestabelecendo a organização da ordem das emendas, em relação ao requerimento de destaque de todas as emendas feito há pouco.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vamos suspender a Sessão para que a Diretoria Legislativa possa organizar as emendas, tendo em vista que todas foram destacadas e serão enfrentadas uma a uma, e para que se proceda à leitura de maneira inequívoca. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 18h55min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 18h59min: Estão reabertos os trabalhos. Solicito que o diretor Legislativo proceda à leitura das emendas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das Emendas nºs 01, 02, da Subemenda 01 à Emenda nº 02; e das Emendas nºs 03, 04, 05, 06, 07, 08 ao PLCE 004/21.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradeço a atenção dispensada por todos.

Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 004/21. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Todos sabem da minha posição, já me manifestei favorável ao projeto, até levando-se em conta a questão da pandemia que trouxe, sim, problemas, essencialmente aos menores negócios e às pessoas físicas e até jurídicas que se encontram com dificuldades de cumprir seus débitos tributários. Agora, inegavelmente essas anistias levam a uma sinalização: “não paguem o tributo, muitos que têm condições de pagar, porque vocês, logo adiante, terão uma anistia”. Essa é uma realidade que nós enfrentamos. Eu não tenho conhecimento mais aprofundado do que trata a Emenda nº 01, portanto, seria oportuno que o autor ou autores da emenda trouxessem explicações do que ela representa, por uma questão muito simples - para mim, eu li, eu vi -: quem distribuiu dividendos, quem distribuiu lucro, quem teve possibilidade de fazer sua renda, remuneração de pró-labore, na minha modesta visão, não merece nenhuma anistia. Precisam, sim, da anistia aqueles que, essencialmente pequenos e micro, não tiveram condições de cumprir com suas obrigações tributárias. Portanto, eu gostaria de ouvir do que trata, com detalhes, essa Emenda nº 01, assim como gostaria de ouvir todas e as razões inclusive de todos os autores das emendas apresentadas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Apregoo o Ofício nº 1306/GP, do Senhor Sebastião Melo, Prefeito Municipal de Porto Alegre, informando que se ausentará do Município a partir do final do dia de hoje, retornando na noite de 16 de julho de 2021, para viagem a Brasília - DF, para participar de diversas agendas.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 004/21, como coautor.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Márcio e demais vereadores, nossa singela emenda vem, na nossa opinião, fazer justiça social, Ver. Ramiro, que assina junto conosco esta emenda. Nós estamos aqui discutindo recuperação fiscal, pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e vou ler a emenda para quem não teve a oportunidade de ler, e também para o telespectador que está nos assistindo.

Esse é o Programa de Recuperação Fiscal e a nossa emenda estabelece que "aos imóveis que, por força do decreto, tiveram suspensas as suas atividades, o imposto citado no art. 2º, inc.I, deverá sofrer desconto proporcional aos dias que ficaram fechados". Vou explicar a emenda, principalmente, aos telespectadores, pois tenho certeza de que os vereadores já entenderam. Nós estamos na pandemia desde março de 2020, muitos empreendedores desta cidade, de casas de eventos, por exemplo, de ginásios de futebol, restaurantes, bares, lancherias não poderiam, por força de um decreto municipal ou estadual, desde março de 2020, alguns dias do ano - e entendemos a posição do prefeito - exercer suas atividades econômicas. O que nós estamos propondo aqui, e aí digo que é justiça social, é que, nesse período em que estiveram

impossibilitados de exercer suas atividades lucrativas e não tiveram como trabalhar por força do Município, da Prefeitura, não paguem os impostos. Ver. Cassiá, o senhor tem, por exemplo, uma casa de eventos, a casa faz parte do negócio, o senhor aluga a casa para que as pessoas façam aniversários, festas de casamento, e recebe um valor durante aquele período em que está locada; e dali paga seus impostos, o ISS, IPTU, seus funcionários. Durante a pandemia, em vários períodos, o Município foi lá e disse "o senhor não pode trabalhar, sua casa está fechada". Eu não posso utilizar o bem que é meu para exercer a minha atividade fim, que é o evento, a festa. Então, não é justo; se eu não posso exercer a minha atividade, se eu não recebo, não tenho como pagar os impostos. Então, o que nós estamos propondo? Que naqueles dias que foram escritos no decreto - do dia 20 de março a 10 de abril, o senhor está proibido de exercer sua atividade fim, que é o evento -, são vinte, trinta quarenta dias, durante esse período, se eu pago de imposto, R\$ 1.200,00 por ano e eu fiquei trinta dias sem poder exercer a minha atividade, e eu pago de imposto R\$ 100 por mês. Naquele mês em que o Executivo me proibiu de exercer a minha atividade, eu não pude trabalhar, não recebi e vou pagar para o Executivo R\$ 100,00; essa conta não vai fechar. O que vai acontecer? Para os que não quebraram ainda, porque a grande maioria desses empreendedores que estiveram impossibilitados de trabalhar já quebraram e eles não vão pagar mesmo, nós estamos propondo que, naqueles dias que ficaram impossibilitados de trabalhar, por um decreto municipal ou estadual, ele tenha um desconto na hora de pagar o seu IPTU. Então, é uma questão de justiça social, há várias atividades que não exerceram suas atividades profissionais, e nós queremos ajudar um pouco esses empreendedores. Sei da dificuldade, sei do esforço que o governo vai fazer, mas também tenho confiança, por exemplo, no meu ex-colega Ver. Ricardo Gomes que, muitas vezes, subiu nesta tribuna, quando vereador, e disse que "não poderia ter IPTU", "não podemos arrecadar impostos, o governo só pensa em arrecadar". Agora, como vice-prefeito, vai ter o pulso forte. Meu vice-prefeito Ricardo Gomes, ajude a aprovar! Vamos dar um desconto no IPTU, o senhor foi um gigante brigando contra o reajuste do IPTU, ajude a cobrar menos IPTU para aqueles que foram proibidos de trabalhar pelo Executivo. Tenho de certeza de que o vice-prefeito Ricardo Gomes está do nosso lado. Vamos, sim, vice-prefeito, fazer justiça, não vamos arrecadar de quem não conseguiu trabalhar. Tenho certeza de que aprovaremos esta emenda e este projeto importantes para a cidade e, dessa forma, diminuir um pouco a arrecadação. Sei das dificuldades, mas é justo para fomentar mais emprego...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 004/21, como coautor.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Sr. Presidente Márcio Bins Ely, meus caros colegas, antes de mais nada, querido colega Mauro Pinheiro, faço esse encaminhamento para informar que o PSDB fechou questão nesta emenda, portanto os quatro vereadores, e falo também em nome dos meus queridos colegas Gilson Padeiro, Conselheiro Marcelo e do Moisés Barboza - são quatro votos certos para esta emenda que vem fazer justiça. Não houve nenhum líder mundial, ninguém que estivesse na cadeira do poder, seja ele no Legislativo, no Executivo ou até mesmo no Judiciário, em todos os países do mundo assolados por esta pandemia, que tenha saído ileso desse processo. Foram tomadas decisões acertadas, foram tomadas equivocadas, foram tomadas decisões, muitas vezes, ainda, no escuro, quando não se sabia ao certo qual seria a dimensão desse vírus e o que ele, de fato, representava dentro do nosso planeta, dentro da nossa sociedade. Decisões duras foram tomadas, também aqui em Porto Alegre, decisões de restrições de funcionamento da economia. Hoje, passados mais de um ano e meio, podemos até discutir quais daquelas estavam equivocadas, quais daquelas foram acertadas, mas, naquele momento, Ver. Conselheiro Marcelo, eram decisões que precisavam ser tomadas e que não poderiam esperar. E que esta emenda capitaneada pelo colega Mauro Pinheiro venha fazer justiça, venha fazer justiça, e esse bloco, o nosso bloco aqui Poa Pra Frente (PSDB e PL), um bloco que é oficial dentro deste Parlamento, anunciado já no dia 1º de janeiro de 2021, esse bloco aqui propõe agora uma consideração de justiça. Justiça àqueles que não puderam fazer usufruto do seu imóvel, justiça àqueles que tiveram o seu negócio fechado devido às restrições impostas pelo Poder Executivo, em outros lugares inclusive até mesmo pelo Poder Judiciário. Vale lembrar aqui quantas foram as ações de Ministério Público, quantas foram as ações que inclusive muitas vezes tomaram a caneta das mãos dos prefeitos para impor restrições às atividades econômicas e sociais. E no ano passado esta Casa, com muito alarde, votou inclusive um projeto de lei dizendo o que era essencial, Ver. Mauro Pinheiro. E depois cobravam quem votou contra naquele projeto, quem era inconstitucional, dizendo que aquelas pessoas não estavam ao lado do empreendedor, da livre iniciativa, daquele que gera emprego e renda na nossa cidade. Pois bem, agora chegou a hora de forma efetiva, de forma legal, de fazer justiça a esses empreendedores que não puderam ter a sua atividade em funcionamento durante o período da pandemia. E eu tenho certeza de que não apenas o nosso vice-prefeito, mas o prefeito em exercício agora, prefeito em exercício Ricardo Gomes terá a sensibilidade de saber da importância da aprovação desta emenda para que nós possamos, aqui, minimizar os danos que ocorreram devido às restrições na atividade econômica e social também na nossa cidade. Portanto, repito: o bloco Poa Pra Frente (PSDB e PL) – composto por cinco vereadores: Mauro Pinheiro, Gilson Padeiro, Conselheiro Marcelo Bernardi, Moisés Barboza - o maluco do bem, e por este vereador - encaminha e votará favoravelmente à emenda. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 004/21.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente. Boa tarde, colegas vereadores. Eu não tinha falado da tribuna ainda na tarde de hoje, quero cumprimentar todos que nos assistem e queria apenas fazer um encaminhamento na votação desta emenda porque é uma emenda que para nós, especialmente, do partido NOVO, é muito cara porque trata de um tema tributário, trata justamente de uma potencial desoneração para o pagador de impostos, mas, como Presidente da CCJ, eu sou obrigado a fazer um encaminhamento de algo que comentei inclusive com os vereadores Ramiro e Mauro Pinheiro de problemas no texto desta emenda, e há um problema bastante importante. A Emenda nº 01, que estamos discutindo, fala justamente sobre a possibilidade de não pagamento de IPTU por atividades suspensas, Ver. Jessé. O problema é que a legislação federal que rege a matéria de imposto territorial e de propriedade urbana fala não sobre o uso das atividades, mas, sim, sobre posse, sobre ser propriedade. E uma vez que está contido na lei federal esse tema, nós não podemos, aqui, através de uma emenda, fazer com que a gente perverta esse entendimento. Então, como Presidente da CCJ, eu entendo fundamental esclarecer que, embora no mérito eu esteja de pleno acordo e ache justo que se faça, deveriam ser buscadas outras alternativas de compensar os empreendedores por tudo que eles passaram, e não foi pouco. Acompanhamos de perto todo o dano que foi sofrido por conta das políticas de fechamento, é preciso, sim, que o governo possa fazer a devida compensação, nas diversas formas possíveis e dentro da lei para isso, e essa eu entendo que não é uma delas. A regra matriz de incidência tributária coloca o IPTU justamente como fato gerador a propriedade e não o uso, então, por isso se torna, obviamente, inconstitucional esta emenda e me leva, obviamente, a votar contrário a ela, junto com a minha colega de partido, Ver.^a Mariana Pimentel. Agradeço a atenção de todos. Quero desejar uma boa noite e uma boa sessão para nós.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 004/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Presidente, boa tarde. Colegas vereadores, o momento é de muita tranquilidade para que a gente não ultrapasse a questão da responsabilidade fiscal. Eu quero parabenizar os dois colegas – Mauro Pinheiro e Ramiro – por esta emenda, mas entendo que esta emenda seria importante quando não houvesse um cancelamento do IPTU daqui para frente; quando, daqui para frente, não houvesse, digamos, essa repactuação dos tributos que não foram

pagos por conta da pandemia. Temos que entender que o Ver. Mauro, o Ver. Ramiro, a Ver.^a Comandante Nádia, nós queríamos a cidade aberta; porém, ficou fechada. E entendemos da importância de ajudarmos, neste momento, os empresários – tanto que está sendo feito esse Refis, que irá auxiliar os empresários a colocarem os seus tributos em dia, e, vejam bem, com até 90% de desconto para aquele empresário que deseja pagar à vista - condições muito generosas, muito sensíveis por parte do governo. Volto a frisar que esta emenda seria muito bem-vinda se nós não tivéssemos essa repactuação de ter um governo sensível em diminuir os valores, a partir de percentuais, de ter um IPTU cancelado, mas, neste momento, nós não podemos ter uma irresponsabilidade fiscal, nós temos que ter um cuidado para com a cidade também. Então, eu encaminho aqui, com todo respeito aos meus amigos, os colegas vereadores Mauro Pinheiro, Ramiro Rosário e inclusive a pedido do então prefeito em exercício Ricardo Gomes, que nós possamos derrubar aqui esta emenda. E é assim que eu encaminho o pedido para os colegas vereadores. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 004/21.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. É a primeira vez que venho a esta tribuna hoje, eu queria concordar com o Ver. Ramiro, pois realmente é um projeto muito meritório, mas eu queria somente lembrar ao colega vereador que infelizmente quem deu origem a esse problema foi o PSDB, no governo do prefeito Marchezan, que, de maneira precipitada, fechou a economia ouvindo alguns astrólogos, ouvindo alguns futurologistas que não tiveram a suas previsões confirmadas e a gente acabou empobrecendo a população da cidade de Porto Alegre e os empreendedores, numa oportunidade em que ainda não se fazia necessário o fechamento como modo de conter a pandemia e infelizmente hoje esse problema existe e nós temos que equacioná-lo. Eu queria lembrar que na semana passada o prefeito Melo encaminhou um projeto que previa a revogação dos aumentos aprovados pela gestão do governo Marchezan, que inclusive contou com o voto do Ver. Ramiro e que essa renúncia de receita pelo não aumento da tributação ao longo dos próximos quatro anos vai representar uma renúncia de R\$ 200 milhões. Então, eu acho que nós podemos votar a favor do seu projeto, desde que seja construída uma solução que reveja a questão da renúncia fiscal que o governo já está fazendo. Porque eu entendo que quando o governo encaminhou a renúncia de receita do projeto que vocês encaminharam para cá e aprovaram na legislatura passada, eles já estavam prevendo que isso estava dentro de um cálculo que possibilitaria absorver pelas contas públicas do Município essa diminuição na receita. Hoje, infelizmente, se nós não equalizarmos o que vai ser renunciado pelo projeto que foi mandado pelo prefeito, que tem legitimidade para

renunciar receita, com essa proposta que o senhor está fazendo hoje, é possível que nós tenhamos, futuramente, atraso de salário, dificuldade de fazer pagamento das contas do Município, e, por conta disso, infelizmente, talvez nós não tenhamos capacidade de aprovar a sua emenda. Eu fico muito triste de ter que me posicionar contra o projeto, à sua emenda, porque concordo com ela no mérito, mas também queria só lembrar que foi o governo do PSDB, o governo ao qual o senhor votou a favor para o aumento de impostos, que ocasionou o problema que impediu que as pessoas pudessem trabalhar e gerar renda, lá no início da pandemia. Queria lembrar também que o governo Marchezan conduziu o pico das contaminações para o auge do inverno do ano passado, e quando as pessoas não tinham mais fôlego para manter as suas finanças, infelizmente foi quando teve o pico de contaminações. Então, concordando com o mérito, mas levando em consideração que existe esse projeto do governo que saiu vitorioso das urnas e que falou que renunciaria a esse aumento de impostos, com relação a essa emenda especificamente eu vou ter que me posicionar contrário, e, embora concorde, preciso lembrar que quem provocou esse problema foi o governo do PSDB.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 004/21.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente Márcio, colegas vereadores, quando, agora, eu olho para o Ver. Mauro Pinheiro, eu penso: "Nada melhor do que um dia depois do outro". Um dia, quando a gente é líder do governo, a gente abre mão do bom debate. Essa proposta de que a gente pudesse oferecer para os nossos comerciantes, empresários, enfim, à sociedade porto-alegrense algum tipo de benefício, de suspensão por parte da questão fiscal do Município foi negada pelo prefeito Marchezan. V. Exa. era o líder do governo, aliás era o ano em que o governo implementava o aumento do IPTU, inclusive vereadores secretários desceram aqui para esta Casa para garantirem o quórum necessário para a aprovação do IPTU. E justamente naquele ano de 2020, somado à pandemia, ao fechamento de vários estabelecimentos por necessidade, por decretos, nós, aqui, propusemos ao governo não apenas uma ideia, uma proposta que pudesse ser construída na questão de que pudéssemos suspender algum tipo de tributação, mas propusemos também ao governo a possibilidade, assim como fez o ex-prefeito Covas, de São Paulo, Nádia, de que o prefeito Marchezan também pudesse usar recursos dos fundos para poder sobreviver àquele momento difícil de tantas incertezas, pois não estavam ainda garantidos os recursos do governo federal, que depois, enfim, os municípios, de certa forma, conseguiram sobreviver fiscalmente, posso dizer assim, com uma saúde razoável. Mas nada melhor do que um dia depois do outro, porque a proposta, lá atrás, no momento do pico da crise, não foi aceita pelo governo Marchezan. E a bancada do PSDB aqui, respeitosamente, Ver. Mauro Pinheiro,

quero fazer esse bom debate, mas vexa era o líder do governo que negou essa ideia, não permitiu que nós pudéssemos construir uma alternativa capaz de, naquele momento, oferecer a vários comerciantes que já estão com as suas portas fechadas, que já entregaram, que hoje devem para o Município, que tiveram que desempregar pessoas porque tiveram que honrar também com outros compromissos. Então, essa coerência tem que ser trazida aqui nesta tribuna, porque senão nós vamos passando aqui... Porque hoje, realmente, aprovar a emenda, embora meritória, eu acho que muitos realmente ficaram fechados por ordem de decretos, aliás, alvo de muita contestação. Aliás, o prefeito Marchezan sofreu uma oposição fortíssima em relação a isso. Eu até gosto de lembrar que uma das causas do pedido de abertura do *impeachment* dele foi em detrimento da sua decisão de fechar a economia de maneira irrestrita e que não permitiu um bom debate, uma construção que salvasse vários setores da economia da cidade. Agora, Mauro, nós temos que ter um mínimo de responsabilidade fiscal. Sabes que, embora este vereador não tenha votado a favor da alteração da idade mínima da previdência, eu, aqui, justifiquei meu voto, porque o que nós mais temos que ter neste momento é responsabilidade fiscal para que o Município tenha musculatura para poder honrar com os compromissos com os nossos servidores em dia, para que possa garantir serviços e que a gente possa retomar o investimento. Um dos vetores que fazem a economia local crescer é investimento.

E a Prefeitura tem que ter essa capacidade de investimento, senão ela perde, deixa avenidas sem serem feitas, obras paradas nesta cidade. Então, a coerência neste momento é fundamental, meu Presidente Márcio Bins Ely, porque senão quando a gente é governo a gente fala uma coisa e depois a gente - vocês são governo ainda -, mas a gente tem que ter coerência porque senão a gente acaba deixando o eleitor, as pessoas que estão nos escutando pensando: "Bom, mas espera um pouquinho, então quando eram governo, aumentaram imposto e não abriram mão de nada; agora que são base, fazem uma emendinha benevolente para garantir isenção." Enfim, eu acho, Mauro, quero, aqui, respeitosamente, no bom debate, que o que nós estamos aprovando nesta Casa hoje é extremamente fundamental: um Refis para que a gente possa garantir que vários setores que foram atingidos com a crise, essencialmente porque foram fechados, possam parcelar, de maneira com que possam diminuir os juros, as multas que são causadas pela inadimplência fiscal aqui no Município.

Quero dizer que nesse sentido eu acho muito positivo e quero votar a favor, mas eu quero aqui cobrar dos colegas vereadores a coerência histórica. Quando eu sou governo, eu não abro mão de nada; depois, não sou governo, eu quero oferecer benevolências. Cuidado com o populismo!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, por solicitação da Ver.^a Comandante Nádia, a Emenda n° 01, destacada, ao PLCE n° 004/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 05 votos **SIM** e 29 votos **NÃO**, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitada a Emenda nº 01 ao PLCE nº 004/21.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 004/21. (Pausa.) O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a emenda é simples, ela faz um cotejamento: 90% para pagamentos à vista permanecem. E os 70% no projeto do governo passam a ser 75% e também alongando de duas a seis parcelas passa a ser de duas a 12 parcelas; 50% para pagamento entre sete e 12 parcelas, pelo projeto do governo, e pela emenda são 60% para pagamento entre 13 e 24 parcelas. E a última: 40% para pagamento de 13 a 60 parcelas passa para 50% para o pagamento de 25 a 60 parcelas. E a subemenda para estabelecer o prazo de cinco dias úteis após a adesão do RecuperaPOA, desde que dentro do respectivo mês, e os demais no último dia com expediente bancário de cada mês. Foi uma emenda ajustada com a Fazenda, portanto peço o apoio de todos para que nós possamos aprovar a Emenda nº 02, e, conseqüentemente, a Subemenda nº 01. Um abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Roberto Robaina, a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 004/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 26 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro a aprovada a Emenda nº 02 ao PLCE nº 004/21.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB) (Requerimento): Solicito a retirada dos destaques de votação das emendas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agora não é mais possível retirar, vereadora. Consulto se há um acordo de todos os líderes para retirar o destaque, pois, se assim for, poderemos dar acordo. Todos os líderes concordam com a retirada do destaque? Não. O Ver. Roberto Robaina não concorda. (Pausa.) O Ver. Robaina não dá acordo para a retirada de destaque das Emendas nº 04 e nº 07. É isso? Só da Emenda nº 04. Está bem.

Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 004/21. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, vereadores e vereadoras, a Emenda nº 04, do PSOL, trata de estabelecer um critério que permita que nós não façamos uma política de benefício para setores da sociedade, setores empresariais que não necessitam disso. Nós não podemos fazer favores com o chapéu alheio, se essa política de benefício não é rigorosamente necessária. Nós sabemos que com a pandemia, o poder público, sim, tem a obrigação de ajudar, na medida do possível, pequenas, inclusive médias empresas, ajudar os trabalhadores, e, infelizmente, o poder público não tem tido política de benefícios para os setores mais pobres, mas o fato de que não tem política de renda básica para os setores mais pobres não nos tira também a responsabilidade de defender políticas específicas para defender pequenas e médias empresas. O que não é aceitável, e esse é o motivo pelo qual nós apresentamos esta emenda, é que empresas que tenham créditos lançados ou constituídos antes ou até um ano após o último ato em que a pessoa jurídica devedora efetuou ou pagamento de proventos, ou distribuição de dividendos. O pagamento de proventos, para que seja definido, ele é ligado à remuneração de acionistas para pagamento de dividendos, juros sobre o capital, bonificações, direitos de subscrição. Essa emenda trata de excluir os setores que, portanto, tiveram lucros e distribuíram dividendos durante a pandemia. Porque, se esses setores tiveram lucro, não faz sentido eles terem um perdão, eles terem uma possibilidade de renegociação, eles terem benefícios fiscais, tributários de nenhum tipo, sobretudo porque não se tem política para os setores mais pobres da cidade de Porto Alegre. Então, esta é uma emenda simples, ela trata de garantir que a política de financiamento seja realmente para quem necessita – pequenos, médios empresários – e não para grandes empresários que tenham obtido lucro, e, mesmo tendo lucro, às vezes, se a oportunidade é dada, tratam de entrar em processos de refinanciamento. E nós acreditamos que a Prefeitura não pode fazer isso. A Prefeitura tem negado políticas públicas para os pobres, tem mantido um arroxó salarial brutal contra os servidores, não investe em moradia popular, não tem investimento em moradia popular, não é possível que abra mão de receita para que empresários que têm lucro consigam ter benefícios do poder público. Essa é, basicamente, a emenda. Então, é uma emenda - nós falamos com o secretário da Fazenda – que não faz sentido não ter a aprovação, a não ser que também se tenha o interesse de beneficiar setores empresariais que não necessitam desse aporte, dessa ajuda do poder público, porque, finalmente, não faz sentido o setor empresarial que tenha tido lucro necessitar desse apoio do poder público. Já que a pandemia, embora tenha afetado a todos, afetou a todos de modo desigual: alguns tiveram tremendos prejuízos – e esses nós temos q levar em conta –, mas alguns, apesar da pandemia, tiveram lucro, e para esses, finalmente, o poder público não tem por que ter uma política de privilégios. A Emenda nº 04 tem esse propósito e eu acredito que se nós temos

interesse em corrigir, em estabelecer um corte para impedir injustiças e distorções, nós temos condições de aprová-la. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 004/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Eu quero, desde logo, manifestar mais uma vez que vou votar favoravelmente ao projeto. Agora, a emenda dos vereadores Robaina, Matheus, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Karen é muito inteligente e eu vou votar favorável a ela. Eu quero dizer que estive, e vocês sabem, envolvido na discussão da previdência, agora sou relator do PPA – também estou envolvido –, agora não tem cabimento nós concedermos anistia àqueles que tiveram recursos suficientes para fazer distribuição de lucros e dividendos. Antes da distribuição dos dividendos e dos lucros, necessariamente deveriam pagar os seus tributos. É muito razoável essa posição. Porque se o empresariado que está com dificuldade, que sempre foram contra o Estado e sempre defenderam o estado mínimo, agora querem um estado máximo para eles receberem benesses e não distribuir dividendos que. Quem precisa do Estado – e eu não sou contra empresariado; não, sou amplamente a favor – é o povo brasileiro, 50 milhões passando fome, e centenas de milhares de micro e pequenas empresas às traças, praticamente quebrando. Respeito as posições divergentes, mas aqueles que tiveram dinheiro, recurso financeiro para pagar dividendos e distribuição de lucros, antes disso poderiam ficar um ano sem distribuição de lucros e dividendos e pagar o seu quinhão relativamente aos tributos devidos. Portanto quero dizer que vou votar favorável à emenda porque ela alcança um benefício social. Quem teve dinheiro, repito, para pagar dividendo e distribuição de lucros, tem que ter dinheiro para pagar os seus tributos devidos. Vou votar favorável à emenda. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 004/21.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, vereadores, eu gosto de me pautar pela justiça e pelo direito, e o primeiro registro que faço é em relação ao Ver. Mauro Pinheiro, de elogio, porque reviu a sua posição, e eu tive retorno do líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, neste sentido, em relação às prioridades, e acho que o Ver. Mauro Pinheiro teve bom senso e preciso fazer esse registro de elogio à V. Exa.

Segundo, a Emenda nº 04, de autoria intelectual do Ver. Roberto Robaina, é de extrema importância. Eu acho que o Ver. Ferronato foi muito feliz na sua análise, porque o que ele percebe exatamente é a essência e a busca de justiça social que ela faz. Até mesmo na ordem jurídico-tributária, quando se trata, por exemplo, de falências, nós temos uma prioridade de pagamento de tributos. É importante registrar que o que o Ver. Roberto Robaina propõe é que a empresa que teve capacidade de dividir lucros e dividendos para seus acionistas, ou proprietários, ou seja lá qual a denominação que se dê, sócios, enfim, por óbvio, ela tem que antes pagar o que deve ao erário. No caso, estamos falando do erário municipal. Então é uma questão de justiça tributária e social. Nós não podemos isentar aquele empresário, aquela empresa que teve uma capacidade bem maior que as outras. A nossa economia está cheia de casos onde determinadas empresas partiram para um ramo de atividade, como por exemplo a fabricação de máscaras, como por exemplo de álcool gel e outras tantas atividades – ou mesmo desvinculadas da pandemia –, onde houve sucesso, onde conseguiram sucesso empresarial, econômico e financeiro. Não tem por que esse tipo de empresa ter um grau de isenção tributária, ou de alguma maneira uma diminuição de tributos, ou parcelamento que vai ter aquela empresa, como disse o Ver. Ferronato, e enfatizou antes o Robaina, a micro, pequena ou até média que quase faliu, que ficou sem capacidade alguma de trabalho, que teve que demitir ou, num sacrifício extremo, não demitiu, mas ficou no buraco. São situações diferentes e é básico na justiça tratar desigualmente os desiguais. São situações desiguais, não pode ser o mesmo tratamento. A empresa que teve – e esse é o critério estabelecido pelo Robaina nesta emenda – capacidade financeira para distribuição de lucros e dividendos, e podem ter sido lucros gigantescos, inclusive, não pode ter a mesma relação com o poder público na questão tributária que vai ter a que não tem essa capacidade, a que quase faliu, a que foi à breca, como se diz no popular. Por isso, é claro que temos que votar a favor, há uma situação distinta e, portanto, o tratamento tem que ser distinto. Se forem dividir lucros e dividendos, e aí está o critério, ela tem que pagar os tributos normalmente. Nenhum governo vive sem tributos, não é possível essa situação, essa circunstância não existe. O que nós temos é que ter uma capacidade de tributação adequada e justa, e esta emenda me parece que faz justiça dentro do projeto. Encaminho pela aprovação da emenda porque ela é realmente algo novo, importante e extremamente necessário neste projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 004/21.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Presidente e colegas, venho encaminhar a nossa posição favorável à emenda do Ver. Robaina, porque nós acreditamos, e a gente vem denunciando nesta Casa já há bastante tempo, na

necessidade de a gente olhar para o conjunto da cidade e para os problemas que a cidade enfrenta. Eu acredito que a partir desta emenda nós temos um recorte justo, honesto, que pense a cidade a partir também de uma faixa de renda. A gente fala aqui numa série de isenções, numa série de proposições empresariais que desconsideram o momento atual que a cidade vive. O Município e o Executivo ocupam, a partir da sua base, diversas vezes, a tribuna, falando da importância de não abrir mão de receita, mas o que parece, vereadores, é que sempre que se trata de isenção para empresário, pode, mas quando se trata de benefício para o povo, de política pública, aí não pode. Eu acho que o que o Ver. Robaina traz aqui uma fórmula, e nós precisamos discutir os pequenos e médios empreendimentos, nós precisamos discutir uma forma de recuperar o crédito da cidade, recuperar a economia da cidade, mas o cara que distribui lucro está equilibrado de alguma forma, e a galera que está aí passando dificuldade, que está vivenciando, neste último período, aliás, neste mais de ano e meio, nesses quase dois anos, essa galera não teve nenhum aporte municipal. Estamos aí há seis meses do governo Melo e vamos recém votar o programa do microcrédito – se votar amanhã! –, algo que deveria ser uma prioridade a centralidade e a recuperação econômica da cidade, não deveria ser prioridade olhar para quem distribui lucro, quem menos sofreu com o impacto da pandemia. A gente precisa pensar a cidade! Nós vamos encaminhar a favoravelmente à emenda e solicitar que tenham coerência no plenário, porque o que não pode é ocupar a tribuna dizendo que não tem recurso e, ao mesmo tempo, ocupar a tribuna dizendo que tem que abrir mão de receita. Às vezes parece até que a gente é meio cacofônico, porque tem uma postura em determinado momento e daqui a pouco tem outra postura. Para o que é direito social, não tem recurso, mas para abrir mão de receita, tem! O Município pode abrir mão da receita neste momento? O empreendimento que lucrou com a pandemia e que não pagou os impostos vai ser beneficiado, em compensação nós não fomentamos o pequeno e médio empreendedor, nós não auxiliamos este que é responsável pelo grosso da economia. Então eu acho que a gente precisa ser coerente, a base do governo aqui precisa ser coerente. Eu acho que em diversos momentos tem problemas na forma e no formato. Se é direito social, não pode, mas se é abrir mão da receita para empresário, pode! Nós encaminhamos favoravelmente à emenda do Ver. Robaina.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Fernanda Barth, a Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 004/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitada a Emenda nº 04 ao PLCE nº 004/21.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, quero propor aqui para a situação e para a oposição, para que a gente possa avançar nas votações, fazermos dois blocos das últimas emendas. O Bloco nº 01 seria formado pela Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, e pela Emenda nº 03, de minha autoria; no Bloco nº 02, juntaríamos as Emendas nºs 05 e 06, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, a Emenda nº 07, de autoria dos vereadores Karen Santos, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Robaina, e mais a Emenda nº 08, de autoria dos vereadores Karen Santos e Matheus Gomes.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Temos acordo entre os líderes? Alguma liderança se manifesta contrariamente? (Pausa.)

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Aprovada formação dos blocos.

Vota-se, portanto, o Bloco nº 01, composto pela Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 e pela Emenda nº 03, ambas ao PLCE nº 004/21; e o Bloco nº 02, composto pelas Emendas nºs 05, 06, 07 e 08 ao PLCE nº 004/21 e o projeto – o PLCE nº 004/21.

A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra para encaminhar a votação dos Blocos nºs 01 e 02 ao PLCE nº 004/21, e do PLCE nº 004/21.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Bem, agora já boa noite para os nossos colegas e a quem ainda nos acompanha. Quero aqui apresentar a Emenda nº 05 ao PLCE nº 004. A emenda que foi apresentada pelo nosso líder Aldacir Oliboni tenta corrigir algo que o projeto original não apresenta, que é a diferenciação na redução dos beneficiados com o RecuperaPOA. É importante dizer por que é necessário ter um escalonamento, dizer para quem se dirige esse projeto. Primeiro, durante a pandemia, nós sabemos que não foi só Porto Alegre, não foi só o Brasil, mas a economia do mundo todo sofreu impactos, então aqui a gente não está falando de um lugar isolado do mundo; e sofreu impactos não só o capital, mas a mão de obra, enfim, todos nós sofremos e todos nós fizemos sacrifícios para isso. Também é importante destacar que no Brasil quem paga imposto é o usuário, porque por tradição as empresas repassam tudo para o usuário. Então é importante aqui, quando a gente vai fazer isenções fiscais, benefícios, enfim, que a gente estabeleça quem realmente precisa, porque nós sabemos, Presidente, que durante a pandemia teve setores da economia que cresceram, multiplicaram seus capitais, seus lucros, e teve setores que quebraram. Então estamos propondo aqui uma emenda que propõe uma diferenciação na redução a ser aplicada, levando em conta que a capacidade contributiva das pessoas físicas e jurídicas são diferenciadas, variando de acordo com a renda e o patrimônio de cada um. Além disso, exclui os inadimplentes recorrentes e as empresas que cometeram atos ilícitos previstos

no inciso V da nossa proposta. Vou ler muito rapidamente para os senhores e as senhoras terem ciência do que a gente coloca, e acho que supre uma necessidade que do PLCE nº 004 (Lê.): “§ 1º A redução no valor da multa de mora, multa por infração e juros de mora obedecerá aos seguintes critérios e gradação: I – As pessoas físicas, detentoras de 1 (um) único imóvel residencial, com valor venal até 50.000 UFM; os micro e pequenos empreendimentos, enquadrados nas definições da Lei 123/06”, que é a lei que qualifica as pequenas e microempresas. Para o pagamento à vista terá 90% de desconto; parcelamento em 2 a 12 parcelas terá 75% de desconto; parcelamento em 13 a 24 parcelas terá 60% de desconto; e parcelamento de 25 a 60 terá 50% de desconto. “II – As pessoas físicas e jurídicas não enquadradas no inciso anterior, com dívidas no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais)”: o pagamento à vista terá desconto de 80%; parcelamento de 2 a 12 parcelas com 65% de desconto; parcelamento de 13 a 24 parcelas com 55% de desconto; e parcelamento em 25 a 60 parcelas terá 45% de desconto. “III – As pessoas físicas e pessoas jurídicas, não enquadradas nos incisos I e II, acima”: pagamento à vista, terão 70% de desconto; parcelamento em 2 a 12 vezes terá 55% de desconto; parcelamento em 13 a 24 vezes terá 45% de desconto. “§ 4º Os contribuintes que tiverem usufruído dos benefícios [vejam bem, viemos numa sequência de benefícios, isenções e perdão de dívidas] estabelecidos pela Lei Complementar 528/2005, pela Lei Complementar 542/2006 e/ou pela Lei Complementar 773/2015, que estiverem inadimplentes ou não tiverem cumprido com os termos acordados, não farão jus a redução prevista no *caput*, a menos que quitem integralmente os débitos referentes aos débitos atingidos nas referidas legislações”. Isso para evitar que sonegadores contumazes sejam beneficiados com essa legislação. Então nós apresentamos esta emenda que trata, regula, traz conteúdo para o PLCE apresentado pelo governo, e esperamos a sensibilidade dos senhores e senhoras para que ela possa ser aprovada e a gente não precise mais penalizar o povo pobre e humilde desta cidade que está esperando ansioso por uma política pública do Município, para socorrer aqueles que foram penalizados com o desemprego, com a quebra de suas pequenas e microempresas. Obrigada a todos e todas.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação dos Blocos nºs 01 e 02 ao PLCE nº 004/21, e do PLCE nº 004/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Agora com essa junção de votação por bloco, eu fiquei um pouco prejudicado. Votaria favoravelmente à emenda do Cecchim e à subemenda do Cassiá Carpes. Logo adiante temos duas emendas do Oliboni e as emendas da Karen e da Bruna. Eu já falei “n” vezes aqui na Câmara que eu tive uma microempresa que faliu, e que eu escrevi seis livros e as nossas editoras que publicaram faliram todas. Olha como eu tive sorte no pedaço! Eu escrevi um livro sobre

gestão de micro e pequenas empresas, lá no governo Lula, quando o governo oferecia às empresas, às macroempresas, essencialmente multinacionais, oferecia empréstimos a 8% ao ano, com prazo de 6, 7, 8 anos, e mais uma grande carência. Para escrever meu livro Gestão Contábil-Financeira de Micro e Pequenas Empresas, toda vez que o governo oferecia este tipo de benesses, eu ia ao Banco do Brasil pedir empréstimo para minha pequena e microempresa. Quando se oferecia empréstimo de bilhões a 8% ao ano, o banco oferecia empréstimos a 3,5%, 4,5%, 5% ao mês, meus queridos vereadores. Este País não sairá do buraco que está se nós não tivermos políticas mais corretas e justas para as micro e pequenas empresas. Aqui no País, quando chega uma multinacional endinheirada o governo dá – e é verdade – isenções, benefícios, reduções, constrói rodovias e tudo mais, e elas oferecem 20, 30, 40 empregos, e quando vencem os seus prazos de benefício, elas vão embora. Estou errado ou não? Vão embora! E as microempresas brasileiras ficam aí, ao revés, lutando desesperadamente para sobreviver.

Eu ia votar favoravelmente à Emenda nº 05, do Ver. Oliboni, e contrariamente à Emenda nº 06, sabe por que, Oliboni? Porque tu propões ali garantias, e garantias se concedem às microempresas. Lá na microempresa pedi, certa vez, ao Badesul, R\$ 100 mil e me pediram uma garantia de R\$ 250 mil. Garantias são exigidas, Ver. Oliboni, para os pequenos. Tu acreditas que grandes conglomerados darão garantia? Eu não acredito. Portanto eu votaria, e irei votar, favorável às emendas do Ver. Cecchim e do Ver. Cassiá, e contrário à Emenda nº 06 do Ver. Oliboni, e quero repetir: o País, enquanto continuar com essa política podre, por interesses de alguns, que beneficia quem não precisa e que hostiliza aqueles que efetivamente têm condições de melhorar o País, que são os servidores públicos – não esqueçam disso –, o micro ou pequeno empresário, os trabalhadores e outros, nós não sairemos buraco em que estamos, e não sairemos enquanto não tivermos um olhar todo especial para aquelas pessoas que não têm o que comer. O nosso Presidente tem lá seus defeitos, e tem bastante, mas eu rogo que aumente o auxílio emergencial àquelas pessoas que passam fome. Um abraço a todos, e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação dos Blocos nºs 01 e 02 ao PLCE nº 004/21, e do PLCE nº 004/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Boa noite, Presidente Márcio, colegas vereadores, já são 20h30min e estamos aqui trabalhando por Porto Alegre. Este projeto de lei do governo trata sobre oportunizar a negociação de débitos tributários: IPTU, taxa de coleta de lixo, ISS, ITBI, TFLF, taxa de alvará; e também de débitos não tributários: multa sanitárias, ambientais e etc., com desconto na multa e juros de 40% a 90%, de acordo com o parcelamento assumido. Quem oportuniza

empregos são os empresários que, com essa pandemia, tiveram seus negócios por muito tempo fechados por conta de decisões equivocadas. Os empregos, por sua vez, ficaram escassos. Trabalhadores tiveram o seu sustento reduzido ou até mesmo zerado, por isso esse tipo de programa visa atender a uma demanda pontual da sociedade, do governo, e tenho certeza de que de muitos vereadores aqui nesta Casa. No atual momento trata-se da crise financeira agravada pela Covid, que comprometeu a capacidade das famílias, das empresas que tiveram que honrar com seus compromissos, gerando novas dívidas somadas a encargos, multas e juros, ao passo que para o governo restou por assumir novas despesas, em especial na área da saúde, por isso faz-se necessário incrementar a capacidade de arrecadação espontânea. Desta forma o Refis, o RecuperaPOA vem promover exatamente essa regularização dos contribuintes municipais e a arrecadação neste período de crise sanitária. O que será negociado? Impostos: ITBI, IPTU, ISS, taxa de coleta de lixo, taxa de fiscalização de localização e funcionamento, e créditos não tributáveis da administração direta inscritos em dívida ativa até abril de 2021. Como será negociado? Haverá redução no valor da multa de mora, multa por infração e juros de mora da seguinte forma: 90% de desconto no pagamento à vista; 70% de desconto no pagamento de 2 a 6 vezes; 50% de desconto dos pagamentos de 7 a 12 parcelas; e 40% de desconto nos pagamentos de 13 a 60 parcelas. Ou seja, Srs. Vereadores e público que nos assiste, não podemos deixar de alcançar a nossa mão amiga, neste momento, para os empresários, para que possam recuperar o fôlego e continuar investindo nesta cidade para que nós tenhamos mais empregos, mais trabalho, porque o trabalho gera a renda que gera o sustento das famílias de Porto Alegre, e isso é dignidade. Portanto votaremos “sim” a esse projeto de lei do Executivo, com muito orgulho. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação dos Blocos n^{os} 01 e 02 ao PLCE n^o 004/21, e do PLCE n^o 004/21.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Márcio, demais vereadores, venho aqui encaminhar, apesar de não ter aprovado a nossa emenda do bloco PSDB e PL, votarei favorável ao projeto e tenho certeza que ao bloco também, porque não é o melhor, mas já ajuda os empresários. A gente sabe que pequenos e médios empresários sofreram muito com a pandemia.

Também quero falar para o meu colega Ver. Mauro Zacher, que pelo jeito tem alguma mágoa comigo, pois veio aqui encaminhar uma emenda e me chamou de incoerente, disse que fui líder do governo Marchezan, que ele não fez parte do governo, que ele foi contra o IPTU, e agora, que eu sou a favor da recuperação do IPTU, do ajuste de IPTU, estava sendo incoerente. Vereador, não tenho nada contra o senhor, mas já que o senhor quer fazer o debate, vamos fazer o debate. Acho que o vereador tem mágoa não sei com quem, e transferiu a mágoa, porque eu era líder do governo

Marchezan, ou talvez porque o governo Marchezan nunca o quis na base do governo – não sei quais foram os motivos. Talvez tenha sido o mesmo motivo por que o prefeito Melo não o colocou de vice-prefeito em 2016, pois o senhor ia ser julgado, estava para ser julgado, e aí ficava difícil, o senhor não podia ser candidato a vice-prefeito, o julgamento era bem na época da eleição. Mas isso acontece, todos os vereadores respondem, aqueles que foram secretários respondem processo, e depois o senhor não pôde ser vice-prefeito; depois, mais à frente, o prefeito Marchezan, talvez por esse motivo, o senhor já tinha sido condenado em primeira instância, não quis que o senhor fizesse parte do governo. Agora o senhor vem aqui dizer que foi incoerência da minha parte. Talvez tenha sido incoerência sua, vereador, o senhor já é um vereador que está inelegível, condenado em 2ª instância – claro, o senhor vai recorrer, espero que ganhe no STF, que consiga provar a sua inocência –, e o senhor, como inelegível, condenado em 2ª instância, deveria ser coerente e pedir o desligamento da Câmara, já que a Câmara não tem comissão de ética, não chamou, ninguém fez nada – até por respeito à sua pessoa, talvez, não sei. Mas eu acho que isso seria coerente, Ver. Mauro Zacher, ao invés de estar chamando os vereadores de incoerente, por um projeto, por uma emenda parlamentar. Não sei se é uma mágoa, alguma coisa, não tenho nada contra o senhor. Só estou falando aqui, porque achei que o senhor que está sendo incoerente. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o Bloco nº 01, composto pela Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 e pela Emenda nº 03, ambas ao PLCE nº 004/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o Bloco nº 01 ao PLCE nº 004/21. Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Fernanda Barth, o Bloco nº 02, composto pelas Emendas nºs 05, 06, 07 e 08 ao PLCE nº 004/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM** e 25 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitado o Bloco nº 02 ao PLCE nº 004/21.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Votaria favorável a umas e contra outras, como já falei, mas como estavam no bloco, votei “sim”.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLCE nº 004/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o PLCE nº 004/21.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Votar favorável à concessão de benefícios ao Ronaldinho Gaúcho e a bancos é dose para cachorro! Mas eu votei “sim”, porque não tinha outra saída.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o PLCE nº 004/21.

Esgotado o prazo regimental, a sessão foi encerrada às 20h58min, convocando-se a 012ª Sessão Extraordinária, a ser realizada a seguir, para apreciar as seguintes proposições: PR 018/20), PELO n.º 002/17, PLL 320/17, PLCE 006/21, PLL 145/21, Req. 180/21, PLE 004/20, PLCL 025/19, PLL 137/21, Req. 189/21 e PLL 035/21.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 20h58min.)

* * * * *